

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	9
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	21
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	22
Demonstração do Valor Adicionado	23

Relatório da Administração	25
Notas Explicativas	27

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	102
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	106
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	107
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	108

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	75.034
Preferenciais	97.893
Total	172.927
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	28/04/2017	Dividendo	11/05/2017	Ordinária		0,70475
Assembléia Geral Ordinária	28/04/2017	Dividendo	11/05/2017	Preferencial	Preferencial Classe A	0,77523
Assembléia Geral Ordinária	28/04/2017	Dividendo	11/05/2017	Preferencial	Preferencial Classe B	0,77523
Reunião do Conselho de Administração	27/11/2017	Juros sobre Capital Próprio	12/12/2017	Ordinária		0,08800
Reunião do Conselho de Administração	27/11/2017	Juros sobre Capital Próprio	12/12/2017	Preferencial	Preferencial Classe A	0,09680
Reunião do Conselho de Administração	27/11/2017	Juros sobre Capital Próprio	12/12/2017	Preferencial	Preferencial Classe B	0,09680

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	4.095.388	3.640.790	0
1.01	Ativo Circulante	111.137	156.652	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	38.494	33.805	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	439	4.196	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	439	4.196	0
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	426	4.180	0
1.01.06.01.02	Demais Impostos a Recuperar	13	16	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	45	26	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	72.159	118.625	0
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	73	73	0
1.01.08.03	Outros	72.086	118.552	0
1.01.08.03.02	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	70.782	117.342	0
1.01.08.03.04	Outras Contas a Receber	1.304	1.210	0
1.02	Ativo Não Circulante	3.984.251	3.484.138	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	73.500	54.576	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	12.746	14.676	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.746	14.676	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	26.696	12.065	0
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	141	31	0
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	26.555	12.034	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	34.058	27.835	0
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	33.608	27.385	0
1.02.01.09.05	Outras Contas a Receber	450	450	0
1.02.02	Investimentos	3.910.330	3.429.144	0
1.02.02.01	Participações Societárias	3.910.330	3.429.144	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.910.330	3.429.144	0
1.02.03	Imobilizado	421	418	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	421	418	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	4.095.388	3.640.790	0
2.01	Passivo Circulante	119.188	143.580	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.528	9.107	0
2.01.01.01	Obrigações Sociais	218	273	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.310	8.834	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	423	1.916	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	422	1.915	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1	1	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	357	606	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	357	606	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	357	606	0
2.01.05	Outras Obrigações	110.880	131.951	0
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	1.000	0
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	0	1.000	0
2.01.05.02	Outros	110.880	130.951	0
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	108.552	128.770	0
2.01.05.02.05	Contas a Pagar	2.328	2.181	0
2.02	Passivo Não Circulante	35.958	29.669	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	353	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	353	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	353	0
2.02.02	Outras Obrigações	0	73	0
2.02.02.02	Outros	0	73	0
2.02.02.02.03	Contas a Pagar	0	73	0
2.02.04	Provisões	35.958	29.243	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	33.606	27.383	0
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	33.606	27.383	0
2.02.04.02	Outras Provisões	2.352	1.860	0
2.02.04.02.04	Plano de Remuneração Baseado em Ações	2.352	1.860	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.03	Patrimônio Líquido	3.940.242	3.467.541	0
2.03.01	Capital Social Realizado	1.975.670	1.975.670	0
2.03.02	Reservas de Capital	116.914	116.305	0
2.03.02.07	Incentivos Fiscais	5.623	5.623	0
2.03.02.08	Correção Monetária Especial	875	875	0
2.03.02.09	Ganho na Variação de Participação de Controlada	110.416	109.807	0
2.03.04	Reservas de Lucros	1.073.935	595.095	0
2.03.04.01	Reserva Legal	122.382	93.168	0
2.03.04.02	Reserva Estatutária	78.764	40.420	0
2.03.04.10	Reserva para Aumento de Capital	806.603	461.507	0
2.03.04.11	Reserva de Incentivos Fiscais Reflexa	66.186	0	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	797.919	818.450	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-24.196	-37.979	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	594.515	532.072	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.607	-5.947	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	360	257	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.223	-7	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	605.985	537.769	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	594.515	532.072	0
3.06	Resultado Financeiro	4.892	12.391	0
3.06.01	Receitas Financeiras	5.162	13.406	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-270	-1.015	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	599.407	544.463	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.131	-2.272	0
3.08.01	Corrente	-13.201	-546	0
3.08.02	Diferido	-1.930	-1.726	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	584.276	542.191	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	584.276	542.191	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,19772	3,00800	0,00000
3.99.01.02	PNA	3,51749	3,30880	0,00000
3.99.01.03	PNB	3,51749	3,30880	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,19361	3,00167	0,00000
3.99.02.02	PNA	3,51297	3,30184	0,00000
3.99.02.03	PNB	3,51297	3,30184	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	584.276	542.191	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	12.447	-6.656	0
4.02.01	Efeito Cambial na Conversão das Demonstrações Financeiras e s/ Investim. no Exterior de Controlada	12.790	-15.176	0
4.02.02	Ganho (Perda) Atuarial de Controlada	1.405	-18.351	0
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido de Controlada	-478	6.239	0
4.02.04	(Perda) Ganho no Aumento de Participação em Controlada	-1.270	20.632	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	596.723	535.535	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-34.200	-35.650	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.191	15.351	0
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	584.276	542.191	0
6.01.01.02	Despesas com Depreciação	64	66	0
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-605.985	-537.769	0
6.01.01.07	(Receitas) Despesas com Juros, Líquidas	-143	617	0
6.01.01.09	Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.930	1.726	0
6.01.01.11	Despesas com Plano de Remuneração Baseado em Ações	2.227	610	0
6.01.01.12	Provisão para Contingências	6.223	0	0
6.01.01.13	Outras Provisões	6.217	7.910	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-29.009	-51.001	0
6.01.02.01	Redução (Aumento) em Impostos a Recuperar	3.980	-1.218	0
6.01.02.02	Aumento em Outros Ativos Circul. e Não Circulantes	-20.966	-11.400	0
6.01.02.03	(Redução) em Outros Passivos Circul. e Não Circulantes	-5.925	-32.920	0
6.01.02.04	Pagamentos de Juros	-70	-792	0
6.01.02.05	Pagamento de Outros Impostos e Contribuições	-2.463	-3.227	0
6.01.02.06	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-3.565	-1.444	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	184.349	92.219	0
6.02.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebido de Controlada	184.416	92.349	0
6.02.03	Adições no Imobilizado	-67	-130	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-145.460	-324.926	0
6.03.01	Pagamento de Dividendos e Juros s/ Cap. Próprio	-144.849	-313.157	0
6.03.03	Pagamentos de Empréstimos	-611	-11.769	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	4.689	-268.357	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	33.805	302.162	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	38.494	33.805	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.975.670	116.305	595.095	0	780.471	3.467.541
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.975.670	116.305	595.095	0	780.471	3.467.541
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	609	0	-124.631	0	-124.022
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-108.552	0	-108.552
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-16.079	0	-16.079
5.04.08	Ganho na Variação de Participação em Controlada	0	609	0	0	0	609
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	584.276	12.447	596.723
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	584.276	0	584.276
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	12.447	12.447
5.05.02.06	Participação no Valor Abrangente de Controlada	0	0	0	0	-1.270	-1.270
5.05.02.07	Efeito Cambial na Conv. dsa Demonst.Fin/Inv. Exterior de Controlada	0	0	0	0	12.790	12.790
5.05.02.08	Perda Atuarial líquida de IR e de CSLL Diferidos de Controlada	0	0	0	0	927	927
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	478.840	-459.645	-19.195	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	29.214	-29.214	0	0
5.06.05	Reserva para Aumento de Capital	0	0	345.096	-345.096	0	0
5.06.06	Reserva Estatutária Especial	0	0	38.344	-38.344	0	0
5.06.07	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial de Controlada	0	0	0	19.195	-19.195	0
5.06.08	Reserva de Incentivos Fiscais Reflexa	0	0	66.186	-66.186	0	0
5.07	Saldos Finais	1.975.670	116.914	1.073.935	0	773.723	3.940.242

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.953.374	61.071	408.666	0	805.019	3.228.130
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.953.374	61.071	408.666	0	805.019	3.228.130
5.04	Transações de Capital com os Sócios	22.296	55.234	-244.884	-128.770	0	-296.124
5.04.01	Aumentos de Capital	22.296	0	0	0	0	22.296
5.04.06	Dividendos	0	0	-244.884	0	0	-244.884
5.04.08	Ganho na Variação de Participação em Controlada	0	55.234	0	0	0	55.234
5.04.09	Dividendos Propostos	0	0	0	-128.770	0	-128.770
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	542.191	-6.656	535.535
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	542.191	0	542.191
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.656	-6.656
5.05.02.06	Participação no Valor Abrangente de Controlada	0	0	0	0	20.632	20.632
5.05.02.07	Efeito Cambial na Conv.das Demonst.Fin.s/Inv.Exterior Controlada	0	0	0	0	-15.176	-15.176
5.05.02.08	Perda Atuarial Líquido de IR e de CSLL Diferidos de Controlada	0	0	0	0	-12.112	-12.112
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	431.313	-413.421	-17.892	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	27.110	-27.110	0	0
5.06.05	Reserva para Aumento de Capital	0	0	363.783	-363.783	0	0
5.06.06	Reserva Estatutária Especial	0	0	40.420	-40.420	0	0
5.06.07	Realização do Ajuste de Avaliação atrimonial de Controlada	0	0	0	17.892	-17.892	0
5.07	Saldos Finais	1.975.670	116.305	595.095	0	780.471	3.467.541

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	184	80	0
7.01.02	Outras Receitas	184	80	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-833	-1.209	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-833	-1.209	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-649	-1.129	0
7.04	Retenções	-64	-66	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-64	-66	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-713	-1.195	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	611.398	551.828	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	605.985	537.769	0
7.06.02	Receitas Financeiras	5.413	14.059	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	610.685	550.633	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	610.685	550.633	0
7.08.01	Pessoal	3.471	5.691	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.386	3.283	0
7.08.01.02	Benefícios	1.624	1.851	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	461	557	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.097	1.010	0
7.08.02.01	Federais	21.875	821	0
7.08.02.03	Municipais	222	189	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	841	1.741	0
7.08.03.01	Juros	269	1.016	0
7.08.03.02	Aluguéis	572	725	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	584.276	542.191	0
7.08.04.02	Dividendos	124.631	128.770	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	459.645	413.421	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	28.645.797	29.502.617	0
1.01	Ativo Circulante	6.845.581	8.077.498	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.120.012	1.654.578	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.631.505	2.080.615	0
1.01.03	Contas a Receber	2.304.006	1.622.337	0
1.01.03.01	Clientes	2.304.006	1.622.337	0
1.01.04	Estoques	1.207.961	1.313.143	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	306.948	430.032	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	306.948	430.032	0
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	59.046	286.331	0
1.01.06.01.02	Demais Impostos a Recuperar	247.902	143.701	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	275.149	976.793	0
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	14.889	3.365	0
1.01.08.01.08	Ativos Mantidos para Venda	14.889	3.365	0
1.01.08.03	Outros	260.260	973.428	0
1.01.08.03.03	Ganhos não realizados em Operações com derivativos	77.090	367.145	0
1.01.08.03.06	Outras Contas a Receber	133.935	113.258	0
1.01.08.03.07	Adiantamentos a Fornecedores	49.235	493.025	0
1.02	Ativo Não Circulante	21.800.216	21.425.119	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.393.357	4.968.932	0
1.02.01.03	Contas a Receber	203	222	0
1.02.01.03.01	Clientes	203	222	0
1.02.01.05	Ativos Biológicos	4.548.897	4.072.528	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	15.408	19.354	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.408	19.354	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	26.555	25.034	0
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	26.555	25.034	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	802.294	851.794	0
1.02.01.09.03	Impostos e Contribuições Sociais a Compensar	283.757	349.536	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.02.01.09.04	Ganhos não realizados em Operações com Derivativos	56.820	77.035	0
1.02.01.09.05	Créditos a Receber de Precatório Indenizatório	60.975	56.721	0
1.02.01.09.06	Adiantamentos a Fornecedores	221.555	216.578	0
1.02.01.09.07	Depósitos Judiciais	147.221	114.489	0
1.02.01.09.08	Outras Contas a Receber	31.966	37.435	0
1.02.02	Investimentos	6.764	873	0
1.02.02.01	Participações Societárias	6.764	873	0
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	6.764	873	0
1.02.03	Imobilizado	16.211.669	16.235.726	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	15.719.226	15.834.107	0
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	8.708	10.948	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	483.735	390.671	0
1.02.04	Intangível	188.426	219.588	0
1.02.04.01	Intangíveis	188.426	219.588	0
1.02.04.01.02	Ágio	45.445	45.445	0
1.02.04.01.03	Demais Ativos Intangíveis	142.981	174.143	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	28.645.797	29.502.617	0
2.01	Passivo Circulante	3.787.009	3.856.046	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	204.177	174.312	0
2.01.01.01	Obrigações Sociais	35.288	24.951	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	168.889	149.361	0
2.01.02	Fornecedores	610.476	582.918	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	574.458	558.288	0
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	36.018	24.630	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	126.315	80.535	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	83.823	51.583	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	36.487	22.672	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.005	6.280	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.115.424	1.595.326	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.115.424	1.595.326	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	600.759	725.644	0
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.514.665	869.682	0
2.01.05	Outras Obrigações	730.617	1.422.955	0
2.01.05.02	Outros	730.617	1.422.955	0
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	248.296	382.426	0
2.01.05.02.04	Perdas não realizadas em Operações com Derivativos	23.819	250.431	0
2.01.05.02.05	Compromissos com Aquisição de Ativos	83.155	85.748	0
2.01.05.02.06	Contas a Pagar	282.802	189.584	0
2.01.05.02.07	Adiantamentos de Clientes	92.545	514.766	0
2.02	Passivo Não Circulante	13.229.030	15.455.622	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	10.076.789	12.418.412	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	10.076.789	12.418.412	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.974.647	3.920.229	0
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	7.102.142	8.498.183	0
2.02.02	Outras Obrigações	619.671	844.378	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.02.02	Outros	619.671	844.378	0
2.02.02.02.03	Perdas não realizadas em Operações com Derivativos	104.077	221.047	0
2.02.02.02.04	Compromissos com Aquisição de Ativos	502.831	609.107	0
2.02.02.02.05	Contas a Pagar	12.763	14.224	0
2.02.03	Tributos Diferidos	1.789.960	1.559.096	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.789.960	1.559.096	0
2.02.04	Provisões	742.610	633.736	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	350.675	274.017	0
2.02.04.02	Outras Provisões	391.935	359.719	0
2.02.04.02.04	Provisão para Passivos Atuariais	351.263	339.009	0
2.02.04.02.05	Plano de Remuneração Baseado em Ações	40.672	20.710	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	11.629.758	10.190.949	0
2.03.01	Capital Social Realizado	1.975.670	1.975.670	0
2.03.02	Reservas de Capital	116.914	116.305	0
2.03.02.07	Incentivos Fiscais	5.623	5.623	0
2.03.02.08	Correção Monetária Especial	875	875	0
2.03.02.09	Ganho na Variação de Participação em Controlada	110.416	109.807	0
2.03.04	Reservas de Lucros	1.073.935	595.095	0
2.03.04.01	Reserva Legal	122.382	93.168	0
2.03.04.02	Reserva Estatutária	78.764	40.420	0
2.03.04.10	Reserva para Aumento de Capital	806.603	461.507	0
2.03.04.11	Reserva de Incentivos Fiscais Reflexa	66.186	0	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	797.919	818.450	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-24.196	-37.979	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	7.689.516	6.723.408	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.521.010	9.882.629	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.451.552	-6.573.110	0
3.03	Resultado Bruto	4.069.458	3.309.519	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-826.080	-1.998.748	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-430.825	-408.810	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-535.750	-433.294	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	270.809	1.044	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-136.186	-1.150.561	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.872	-7.127	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.243.378	1.310.771	0
3.06	Resultado Financeiro	-1.013.578	1.100.667	0
3.06.01	Receitas Financeiras	382.695	2.268.426	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.396.273	-1.167.759	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.229.800	2.411.438	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-446.913	-728.983	0
3.08.01	Corrente	-215.540	-189.863	0
3.08.02	Diferido	-231.373	-539.120	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.782.887	1.682.455	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.782.887	1.682.455	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	584.276	542.191	0
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.198.611	1.140.264	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,19772	3,00800	0,00000
3.99.01.02	PNA	3,51749	3,30880	0,00000
3.99.01.03	PNB	3,51749	3,30880	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,19361	3,00167	0,00000
3.99.02.02	PNA	3,51297	3,30184	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.99.02.03	PNB	3,51297	3,30184	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.782.887	1.682.455	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	40.760	-81.639	0
4.02.01	Efeito Cambial na Conversão das Demonstrações Financeiras e s/ os Investim no Exterior de Controlada	38.006	-45.720	0
4.02.02	Ganho (Perda) Atuarial de Controlada	4.173	-54.422	0
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido de Controlada	-1.419	18.503	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.823.647	1.600.816	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	596.723	535.535	0
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.226.924	1.065.281	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.914.201	2.966.618	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.549.540	4.029.708	0
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	1.782.887	1.682.455	0
6.01.01.02	Depreciação, Exaustão e Amortização	1.402.851	1.403.592	0
6.01.01.03	Resultado na Venda de Ativos Imobilizados e Biológicos	-29.005	-9.767	0
6.01.01.04	Reversão para Abatimentos Programa de Fidelidade	-9.497	-35.497	0
6.01.01.05	Atualização do Valor Justo dos Ativos Biológicos	-192.504	780.666	0
6.01.01.06	Provisão para Perdas e Baixas com Imobilizado e Ativo Biológico	66.707	316.646	0
6.01.01.07	Variações Cambiais e Monetárias, Líquidas	2.273	-1.442.918	0
6.01.01.08	Despesas com Juros, Líquidas	874.832	1.014.654	0
6.01.01.09	Ganhos com Derivativos	-73.271	-528.839	0
6.01.01.10	Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	231.373	539.120	0
6.01.01.11	Juros sobre Passivo Atuarial	38.022	36.856	0
6.01.01.12	Provisão para Contingências	41.868	20.498	0
6.01.01.13	Provisão para Plano de Remuneração Baseado em Ações	35.942	3.418	0
6.01.01.15	Resultado da Equivalência Patrimonial	-5.872	7.127	0
6.01.01.17	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Líquida	39.897	9.505	0
6.01.01.18	Provisão para Perdas nos Estoques e Baixas	24.384	9.564	0
6.01.01.19	Outras Provisões	299.808	143.829	0
6.01.01.20	Baixa Parcial de Ativos Intangíveis	18.845	78.799	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.635.339	-1.063.090	0
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber	-662.469	190.341	0
6.01.02.02	Redução (Aumento) em Estoques	76.364	-39.304	0
6.01.02.03	Aumento em Tributos a Compensar	-278.625	-40.940	0
6.01.02.05	Redução (Aumento) em Outros Ativos Circulantes e Ativos Não Circulantes	390.013	-493.355	0
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Fornecedores	63.236	-4.696	0
6.01.02.07	Aumento em Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes	426.456	1.069.352	0
6.01.02.08	Pagamento de Juros	-1.006.939	-1.102.882	0
6.01.02.09	Pagamento de Outros Impostos e Contribuições	-601.428	-549.226	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01.02.10	Pagamento de Imposto de Renda e Contr. Social	-41.947	-92.380	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.008.398	-3.342.619	0
6.02.02	Aquisições de Imobilizado	-859.944	-886.134	0
6.02.03	Aquisições de Ativos Biológicos	-912.368	-1.426.699	0
6.02.04	Recebimentos por Venda de Ativos	84.694	35.235	0
6.02.06	Aquisição de Intangível	-8.054	-11.640	0
6.02.07	Adições (Reduções) Aplicações Financeiras	687.274	-1.053.381	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.455.069	405.869	0
6.03.01	Pagamentos de Dividendos	-530.802	-520.734	0
6.03.02	Empréstimos Captados	2.561.954	5.665.635	0
6.03.03	Liquidação de Operações com Derivativos	39.695	117.261	0
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos	-4.534.347	-4.864.807	0
6.03.05	Proventos de Ações Próprias	8.514	8.514	0
6.03.06	Recompra de Ações Próprias	-83	0	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	14.700	-161.686	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-534.566	-131.818	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.654.578	1.786.396	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.120.012	1.654.578	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.975.670	116.305	595.095	0	780.471	3.467.541	6.723.408	10.190.949
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.975.670	116.305	595.095	0	780.471	3.467.541	6.723.408	10.190.949
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	609	0	-124.631	0	-124.022	-259.546	-383.568
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-108.552	0	-108.552	-139.474	-248.026
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-16.079	0	-16.079	-132.562	-148.641
5.04.08	Ganho na Variação de Participação em Controlada	0	609	0	0	0	609	16.129	16.738
5.04.09	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	0	0	0	0	21	21
5.04.11	Opções de Ações Outorgadas Reconhecidas por Controlada	0	0	0	0	0	0	-3.660	-3.660
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	584.276	12.447	596.723	1.225.654	1.822.377
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	584.276	0	584.276	1.198.611	1.782.887
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	12.447	12.447	27.043	39.490
5.05.02.06	Participação no Valor Abrangente de Controlada	0	0	0	0	-1.270	-1.270	0	-1.270
5.05.02.07	Efeito Cambial na Conv. das Demonst.Fin/Inv. Exterior de Controlada	0	0	0	0	12.790	12.790	25.216	38.006
5.05.02.08	Perda Atuarial Líquida de IR e de CSLL Diferidos de Controladas	0	0	0	0	927	927	1.827	2.754
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	478.840	-459.645	-19.195	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	29.214	-29.214	0	0	0	0
5.06.05	Reserva Para Aumento de Capital	0	0	345.096	-345.096	0	0	0	0
5.06.06	Reserva Estatutária Especial	0	0	38.344	-38.344	0	0	0	0
5.06.07	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial de Controlada	0	0	0	19.195	-19.195	0	0	0
5.06.08	Reserva de Incentivos Fiscais Reflexa	0	0	66.186	-66.186	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.975.670	116.914	1.073.935	0	773.723	3.940.242	7.689.516	11.629.758

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.953.374	61.071	408.666	0	805.019	3.228.130	6.172.273	9.400.403
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.953.374	61.071	408.666	0	805.019	3.228.130	6.172.273	9.400.403
5.04	Transações de Capital com os Sócios	22.296	55.234	-244.884	-128.770	0	-296.124	-534.778	-830.902
5.04.01	Aumentos de Capital	22.296	0	0	0	0	22.296	0	22.296
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	0	0	0	0	2.250	2.250
5.04.06	Dividendos	0	0	-244.884	0	0	-244.884	-447.377	-692.261
5.04.08	Ganho na Variação de Participação em Controlada	0	55.234	0	0	0	55.234	-89.651	-34.417
5.04.09	Dividendos Propostos	0	0	0	-128.770	0	-128.770	0	-128.770
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	542.191	-6.656	535.535	1.085.913	1.621.448
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	542.191	0	542.191	1.140.264	1.682.455
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.656	-6.656	-54.351	-61.007
5.05.02.06	Participação no Valor Abrangente de Controlada	0	0	0	0	20.632	20.632	0	20.632
5.05.02.07	Efeito Cambial na Conv.das Demonst.Fin.s/Inv.Exterior Controlada	0	0	0	0	-15.176	-15.176	-30.544	-45.720
5.05.02.08	Perda Atuarial Líquido de IR e de CSLL Diferidos de Controlada	0	0	0	0	-12.112	-12.112	-23.807	-35.919
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	431.313	-413.421	-17.892	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	27.110	-27.110	0	0	0	0
5.06.05	Reserva para Aumento de Capital	0	0	363.783	-363.783	0	0	0	0
5.06.06	Reserva Estatutária Especial	0	0	40.420	-40.420	0	0	0	0
5.06.07	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial de Controlada	0	0	0	17.892	-17.892	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.975.670	116.305	595.095	0	780.471	3.467.541	6.723.408	10.190.949

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	12.561.363	10.480.825	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.636.248	10.970.584	0
7.01.02	Outras Receitas	245.211	-998.549	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	719.801	518.295	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-39.897	-9.505	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.329.544	-6.477.260	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.080.631	-4.098.613	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.248.913	-2.378.647	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.231.819	4.003.565	0
7.04	Retenções	-1.402.851	-1.403.592	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.402.851	-1.403.592	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.828.968	2.599.973	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	818.438	828.088	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.872	-7.127	0
7.06.02	Receitas Financeiras	812.765	835.215	0
7.06.03	Outros	-199	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.647.406	3.428.061	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.647.406	3.428.061	0
7.08.01	Pessoal	1.129.026	989.917	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	913.937	795.352	0
7.08.01.02	Benefícios	173.397	155.564	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	41.692	39.001	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	825.090	946.669	0
7.08.02.01	Federais	725.232	1.070.301	0
7.08.02.02	Estaduais	94.491	-128.918	0
7.08.02.03	Municipais	5.367	5.286	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.910.403	-190.980	0
7.08.03.01	Juros	1.825.885	-266.114	0
7.08.03.02	Aluguéis	84.518	75.134	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.782.887	1.682.455	0
7.08.04.02	Dividendos	124.631	128.770	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	459.645	413.421	0
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.198.611	1.140.264	0

Relatório da Administração**Relatório da Administração da Suzano Holding S.A.**

Aos Senhores

Administradores e Acionistas,

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Suzano Holding S.A. submetem à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Considerando que o patrimônio líquido da Suzano Holding está quase que exclusivamente investido na controlada Suzano Papel e Celulose S.A., suas demonstrações contábeis refletem substancialmente essa participação. As informações relativas ao desempenho da Suzano Papel e Celulose S.A. estão detalhadas no Relatório da Administração dessa controlada.

RESULTADOS

O lucro da Suzano Holding no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 584,3 milhões, em comparação ao lucro de R\$ 542,2 milhões apurado no exercício anterior. O principal fator que contribuiu para o lucro do exercício, e para o lucro do exercício anterior, foi o resultado positivo da equivalência patrimonial apurado sobre o investimento detido na controlada Suzano Papel e Celulose.

(em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Equivalência patrimonial	605.985	537.769
Despesas operacionais, líquidas	(11.470)	(5.697)
Resultado financeiro líquido	4.892	12.391
Imposto de renda e contribuição social	(15.131)	(2.272)
Lucro líquido do período	<u>584.276</u>	<u>542.191</u>
Abertura da equivalência patrimonial por controlada		
Suzano Papel e Celulose S.A.	606.682	538.973
Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	(697)	(1.204)
	<u>605.985</u>	<u>537.769</u>

Relatório da Administração

Auditoria e controles internos

Os auditores externos apresentam suas avaliações sobre resultados, práticas contábeis e controles internos diretamente aos membros do Conselho de Administração.

A partir do exercício de 2017 os serviços de auditoria independente estão sendo prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Em atendimento à Instrução CVM 381/03, a Companhia declara que não houve nenhum serviço prestado pelo Auditor Independente no exercício de 2017, que não seja de auditoria externa.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Suzano Holding S.A. (“Suzano Holding” ou “Companhia”) é uma holding controladora da Suzano Papel e Celulose (“SPC”) que tem como objeto a fabricação e comercialização, no país e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros, operação de terminais portuários e participação, como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento. A SPC é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com ações listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), onde se enquadra no nível 1 de Governança corporativa. A sede social da Companhia está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada por membros da família Feffer.

A SPC possui unidades fabris nos Estados da Bahia, Maranhão e São Paulo. A comercialização de seus produtos no mercado internacional é realizada através de vendas diretas e, principalmente, por meio de suas controladas localizadas no exterior.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 06 de março de 2018.

1.1 Principais eventos ocorridos na SPC em 2017

a) Eventos operacionais

i) Recompra de Senior Notes (“Notes 2021”)

No segundo semestre de 2017, a SPC realizou, por meio de sua controlada Suzano Trading Ltd (“Suzano Trading”) a recompra de títulos da dívida Senior Notes due 2021, no montante total de US\$ 456 milhões.

As recompras foram realizadas por meio de operação distribuída a mercado, considerando o valor no mercado secundário acrescido de prêmio de 0,50 ponto percentual.

Essa operação reitera o compromisso da SPC com a gestão de seu endividamento, buscando constantemente oportunidades com estruturas e custos adequados e condizentes com seu posicionamento de mercado.

O valor original do Notes 2021 era de US\$ 650 milhões, com as transações de recompra desde 2015, o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2017 era de US\$ 190 milhões.

ii) Início de produção e vendas de tissue - Unidade Mucuri (BA) e Unidade Imperatriz (MA)

Em 11 de setembro de 2017, a SPC iniciou na fábrica de Mucuri (BA), a produção e vendas de tissue.

Em 22 de novembro de 2017, a SPC iniciou na fábrica de Imperatriz (MA), a produção de tissue. O investimento total estimado é de R\$ 540.000 e considera capacidade total de produção de 120 mil toneladas anuais de tissue, das quais 60 mil toneladas é a capacidade máxima de conversão.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

iii) Reabertura das emissões de Bonds (“Notes 2026 e 2047”)

Em 05 de setembro de 2017, a SPC reabriu as emissões de Senior Notes 2026 e Senior Notes 2047 e foram precificadas as emissões adicionais de títulos de dívida pela Suzano Áustria GmbH (“Suzano Áustria”), no volume adicional de i) US\$ 200 milhões, com remuneração ao investidor correspondente a uma taxa de 4,625% ao ano, a serem pagos semestralmente, nos meses de janeiro e julho, e com vencimento em 14 de julho de 2026 (“Notes 2026”); e ii) US\$ 200 milhões com remuneração ao investidor correspondente a uma taxa de 6,300% ao ano, a serem pagos semestralmente, nos meses de março e setembro, e com vencimento em 16 de março de 2047 (“Notes 2047”, e, em conjunto com as Notes 2026, “Notes”).

A SPC pretende utilizar os recursos obtidos com a oferta das Notes 2026 para financiar ou refinar suas necessidades de capital e investir em Projetos Verdes Elegíveis (Eligible Green Projects), e das Notes 2047 para propósitos corporativos em geral e recompra de US\$ 146 milhões de títulos de dívida Senior Notes due 2021”. (Nota explicativa 1.1 a), i)).

iv) Estruturação de Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”)

Em 13 de março de 2017, a SPC firmou uma parceria com o Banco Rabobank para a estruturação do FIDC, no formato condomínio fechado, que permitirá uma oferta adicional de crédito a clientes do mercado interno no valor de até R\$ 100.000. (Nota explicativa 7.4).

v) Oferta de *Senior Notes* (“Notes 2047”)

Em 09 de março de 2017, a SPC emitiu no mercado internacional, por meio de sua subsidiária integral Suzano Áustria, *Senior Notes* no valor total de US\$ 300 milhões. As *Notes* têm vencimento em 30 anos e foram emitidos com cupom (juros) de 7,0% ao ano, os quais serão pagos semestralmente, a partir de setembro de 2017.

A SPC utilizará os recursos obtidos com a oferta das *Notes*, líquidos dos custos de emissão, para propósitos corporativos em geral. (Nota explicativa 19 item (d)).

b) Eventos societários

i) Aquisição de empresa no segmento de Tissue

Em 03 de dezembro de 2017, a SPC celebrou Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças para a aquisição, direta e indireta, de, aproximadamente, 92,84% do capital social total e 99,99% do capital social ordinário da FACEPA Fábrica e Papel da Amazônia S.A. (“FACEPA”), estando a conclusão dessa aquisição sujeita a certas condições contratuais e legais usuais a esse tipo de operação, dentre elas a aprovação pelas autoridades brasileiras de defesa da concorrência.

O preço total em contrapartida das ações adquiridas é de R\$ 310.000, sujeito a ajustes.

A FACEPA produz e comercializa uma vasta gama de produtos de papel, inclusive, toalhas de papel, guardanapos, fraldas, papel higiênico e lenços de papel sob diversas marcas, com forte presença nesse segmento no Norte e Nordeste do Brasil. A FACEPA conta com fábricas localizadas em Belém, PA, e Fortaleza, CE, e possui capacidade instalada total de aproximadamente 50.000 toneladas/ano.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A operação de aquisição em questão está, assim, alinhada aos objetivos da SPC de expansão de suas atividades para os mercados de produtos adjacentes à celulose e contribui para as operações da unidade de negócios de bens de consumo da SPC no segmento de tissue.

ii) Migração para o Novo Mercado, conversão das ações preferenciais em ordinárias

Em 29 de setembro de 2017, a SPC aprovou i) a proposta de migração da SPC para o segmento de listagem do Novo Mercado da B3 e a consequente admissão das ações de sua emissão para negociação no Novo Mercado, ii) a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da SPC em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial, classes A ou B, para cada 1 (uma) ação ordinária, iii) a reforma do Estatuto Social, com o objetivo de adaptá-lo às determinações do Regulamento do Novo Mercado, e iv) alterar a metodologia de apuração do dividendo obrigatório, bem como para refletir melhores práticas de governança corporativa.

Em setembro de 2017 a SPC, nos termos do disposto no § 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 358/02, conforme alteradas, informou que recebeu correspondência de seus acionistas controladores, Srs. David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer, Ruben Feffer e Suzano Holding S.A. ("Acionistas"), pela qual estes comunicaram à SPC que, naquela data, (i) David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer e Ruben Feffer celebraram Acordo sobre Transferência de Ações (o "Acordo sobre Transferência") para regular, dentre outras avenças, a transferência e a vedação à constituição de ônus sobre as ações de emissão da SPC de sua titularidade e vinculadas ao referido Acordo sobre Transferência, as quais representavam, em conjunto, naquela data, 16,792% do capital social da SPC, nos termos previstos no Acordo sobre Transferência; e (ii) David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer, Ruben Feffer e Suzano Holding S.A. celebraram Acordo de Voto (o "Acordo de Voto", e, em conjunto com o Acordo sobre Transferência, os "Acordos") para regular, dentre outras avenças, o exercício do direito de voto relacionado às ações de emissão da SPC de sua titularidade e vinculadas ao referido Acordo de Voto, as quais representavam, em conjunto, naquela data, 50,035% do capital social da SPC, nos termos previsto no Acordo de Voto. Este Acordo assegurou a manutenção do controle da SPC com a Suzano Holding, razão pela qual a investida continua sendo consolidada nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Em 10 de novembro de 2017, foi efetivada a migração da SPC para o segmento do Novo Mercado da B3.

iii) Incorporação integral da controlada Amulya Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Amulya").

Em 31 de agosto de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da SPC, foi deliberada a incorporação da controlada Amulya, cujos ativos líquidos totalizam o montante de R \$37.106.

iv) Operação com Ibema Companhia Brasileira de Papel ("Ibema")

Em 01 de janeiro de 2017, a SPC adquiriu da Ibema Participações S.A., 2.120.560 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão, pelo montante de R\$ 21, correspondente a 11,9% do capital social da investida, aumentando assim, sua participação para 49,9%.

O controle da investida é compartilhado (*joint venture*), sendo o investimento classificado como um negócio em conjunto.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota explicativa 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda, ativos e passivos financeiros e ativos biológicos que são mensurados ao seu valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis relevantes e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota explicativa 3.27.

2.1.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes.

As empresas controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir. No caso de controle compartilhado (*joint venture*) com outras empresas, estes investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas.

No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e das contas de resultado correspondentes a transações realizadas com empresas controladas são eliminados, bem como, os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessas controladas e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

	Tipo de participação	Participação no capital	
		31/12/2017	31/12/2016
		Votante / Total %	Votante / Total %
Suzano Papel e Celulose S.A. (a)	Direta	33,66	99,99 / 33,72
Suzano Pulp and Paper America Inc.	Indireta	100	100
Suzano Trading Ltd.	Indireta	100	100
FuturaGene Ltd.	Indireta	100	100
Suzano Áustria GmbH	Indireta	100	100
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	Indireta	100	100
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	Indireta	100	100
Sun Paper and Board Limited	Indireta	100	100
Stenfar S.A. Ind. Coml .Imp. Y Exp.	Indireta	100	100
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda.	Indireta	50	50
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Indireta	100	100
Amulya Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Indireta	-	100
Paineiras Logística e Transportes Ltda.	Indireta	100	100
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Controle conjunto indireto	49,9	38
Premesa S.A.	Direta	99,17	99,17
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Direta	83,33	83,33

a) Vide nota explicativa Nº 1.1)b)ii)

2.2 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto, são consideradas como informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a controlada atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

a) Conversão de moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

b) Controladas no exterior

As controladas localizadas no exterior têm suas demonstrações financeiras individuais realizadas em sua moeda funcional definida.

Quando do processo de conversão para apresentação das demonstrações financeiras consolidadas estas controladas têm seus ativos e passivos monetários convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos exercícios. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica).

Os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada sobre os investimentos em controladas no exterior, avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada no processo de conversão para consolidação das demonstrações financeiras da SPC, são reconhecidos na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial e apresentados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

A moeda funcional utilizada na conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior estão apresentadas abaixo:

Controlada	País Sede	Moeda funcional
Suzano Trading	Ilhas Cayman	
Suzano América	Estados Unidos	Dólar Americano
Suzano Áustria	Áustria	
FuturaGene		
Sun Paper	Inglaterra	Libra Esterlina
Suzano Europa	Suíça	Franco Suíço
Stenfar	Argentina	Peso

2.4 Apresentação de informações por segmentos operacionais

A Administração definiu como segmentos operacionais:

- i) Celulose: abrange as atividades de produção e comercialização de celulose de mercado de fibra curta de eucalipto e *fluff* para abastecimento essencialmente das demandas do mercado externo, com excedente sendo destinado ao mercado interno.
- ii) Papel: abrange as atividades de produção e comercialização de papel para atendimento das demandas do mercado interno e mercado externo. As vendas do segmento de bens de consumo (*tissue*) estão classificadas nesse segmento devido a imaterialidade do segmento.
- iii) Imobiliário: Incorporadora e administradora de imóveis.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3. Principais Práticas Contábeis

A Companhia, suas controladas e operação controlada em conjunto aplicaram as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original inferior a 90 dias a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor.

3.2 Ativos e passivos financeiros

a) Visão geral

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria “ao valor justo por meio do resultado”, onde tais custos são diretamente lançados na rubrica de resultados financeiros. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas não adotam o “hedge accounting” previsto nos CPCs 38, 39 e 40.

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado nas datas de fechamento dos balanços. Na inexistência de mercado ativo, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação e essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor justo de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

O ganho ou perda no reconhecimento inicial de ativos e passivos financeiros, decorrente da diferença entre o valor justo e o valor presente dos fluxos de caixa do instrumento descontado pela taxa contratual, chamado de “day one profit or loss”, é reconhecido no resultado de maneira proporcional ao prazo da operação, até que todo o montante seja considerado no vencimento, no caso de o valor justo não ser observável diretamente em mercado aberto.

b) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de receitas ou despesas financeiras.

ii) Empréstimos (concedidos) e recebíveis

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de receitas ou despesas financeiras.

A Companhia e suas controladas não mantém ativos financeiros que seriam classificados na categoria de investimentos mantidos até o vencimento.

c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

ii) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

3.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal faturado na data da venda no curso normal das atividades da SPC, acrescidas de variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira. Em razão do prazo médio de recebimento dos títulos o seu valor corresponde ao valor justo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Com base em análise individual, é constituída perda estimada para crédito de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dessas contas a receber em contrapartida a rubrica de despesas com vendas.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.4 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção, líquido de impostos recuperáveis e o seu valor líquido de realização. As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço. O custo da madeira transferida dos ativos biológicos é o seu valor justo acrescido dos gastos com colheita e fretes.

Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de perdas estimadas constituídas para cobrir eventuais perdas prováveis identificadas ou estimadas pela Administração.

3.5 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos líquidos não circulantes mantidos para venda são classificados se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo e quando essa venda for praticamente certa.

Estes ativos são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

Eventual perda por redução ao valor recuperável é alocada inicialmente ao ágio, no caso de investimento, e, então, para os ativos e passivos remanescentes. As perdas decorrentes desta avaliação são reconhecidas no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

3.6 Ativos biológicos

Os ativos biológicos (florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio até a colheita de aproximadamente sete anos) são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento do corte. Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado de acordo com o ciclo de produtividade projetado desses ativos.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota explicativa 13. A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita semestralmente, pois considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas informações financeiras.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, na rubrica de outras receitas/despesas operacionais. O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade do produto agrícola cortada /vendida, avaliada por seu valor justo.

3.7 Investimentos

Investimentos são representados por participações em outras empresas controladas ou controladas em conjunto (joint venture) realizados pela Companhia e suas controladas e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A variação cambial sobre investimentos no exterior é classificada como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido e realizada na alienação ou baixa do investimento.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os ganhos ou perdas decorrentes de transações entre essas empresas são eliminados na consolidação para fins de equivalência patrimonial e no balanço consolidado.

3.8 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio apurado na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Transações de aquisição de participação com controle compartilhado sobre acervos líquidos negociados aplica-se orientações, complementares ao CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, do CPC 19 - Negócios em Conjunto e CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimentos Controlados em Conjunto.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma joint venture é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture a partir da data de aquisição. O ágio relativo à joint venture, se algum, é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, um ativo intangível e tampouco passível de amortização contábil. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação pertencente a Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na empresa negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos) e estes passíveis de amortização.

3.9 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção líquidos dos impostos recuperáveis, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, deduzido da depreciação acumulada e das perdas prováveis para redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando incorridas.

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada item (Nota explicativa 15) e os bens arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato.

Ativos imobilizados oriundos de contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação.

Em 31 de dezembro de 2017, a SPC e suas controladas realizaram a revisão da vida útil desses ativos com base no uso e na estimativa de uso dos ativos e não identificou necessidade de alteração da vida útil econômica utilizada.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Gastos com manutenção e reparos dos principais equipamentos industriais que não aumentam significativamente a vida útil desses ativos, denominados de gastos com Parada Geral, são apropriados diretamente no resultado do exercício quando incorridos na rubrica de custos dos produtos vendidos.

3.10 Intangível

i) **Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura**

O ágio é a diferença positiva entre o valor transferido para aquisição e o valor justo dos ativos líquidos adquiridos de uma empresa. O saldo do ágio deve ser atribuído a uma ou mais unidades geradoras de caixa às quais são submetidas a teste de impairment no mínimo anualmente e não é amortizado.

ii) **Ativo intangível com vida útil definida**

Os demais ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseados nestas vidas úteis e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando incorridas.

3.11 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

3.12 **Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”)**

A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como passivo, com base na legislação societária e no estatuto da Companhia, até o limite dos dividendos mínimos obrigatórios. A parcela excedente dos dividendos declarada pela Administração é apresentada na rubrica de dividendos propostos, junto das reservas de lucros no patrimônio líquido. Quando o valor excedente é aprovado pelos acionistas a parcela é transferida para o passivo circulante.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.14 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.16 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data do balanço, dos países onde a Companhia e suas controladas atuam e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do balanço patrimonial sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

e seus valores nas demonstrações financeiras, exceto nas operações de combinação de negócios cujo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo não afete o resultado contábil ou fiscal.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, e quando estão relacionados a mesma autoridade tributária e a mesma entidade legal.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos decorrentes de perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados são reconhecidos na proporção da probabilidade de que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.17 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia e suas controladas foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

Passivos contingentes são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota, não são provisionados e nem divulgados; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas; e iii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros.

3.18 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

3.19 Benefícios a empregados

O passivo atuarial é avaliado por atuário independente, para determinação dos compromissos com os planos de assistência médica e seguro de vida oferecidos aos empregados ativos e aposentados, ao final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os juros incorridos sobre o passivo atuarial são contabilizados diretamente no resultado na rubrica de despesas financeiras.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.20 Pagamento baseado em ações

Os executivos e administradores da Companhia e suas controladas recebem parcela de sua remuneração na forma de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e com liquidação em ações, com alternativa de liquidação em dinheiro.

As despesas com os planos são inicialmente reconhecidas no resultado em contrapartida a um passivo financeiro, durante o período de aquisição (carência) quando os serviços são recebidos. O passivo financeiro é mensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é registrada no resultado como despesas administrativas.

Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da SPC, o passivo financeiro é reclassificado para uma conta no patrimônio líquido denominada "Reserva de opção de compra de ações". No caso de exercício da opção em dinheiro, a SPC liquida o passivo financeiro em favor do executivo.

3.21 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.22 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.23 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.24 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da SPC. As receitas de vendas estão apresentadas líquidas dos impostos, devoluções, descontos incondicionais e bonificações a clientes.

A receita proveniente de venda dos produtos é reconhecida quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, significantes riscos e benefícios inerentes ao produto são

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

transferidos para o comprador, ou seja, a SPC não detém mais envolvimento com o produto vendido, e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

Venda de produtos

A SPC fabrica e vende uma variedade de produtos do segmento florestal (celulose de fibra curta de eucalipto, papel (papel revestido, papelcartão, papel não revestido e cut size), e bobinas de papéis para fins sanitários (bens de consumo)) no mercado interno e externo. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a SPC transfere o controle do bem para o cliente final (terceiro), o qual passa a ter total controle dos produtos, e não há qualquer obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente.

Venda de energia

A SPC comercializa de forma indireta, como subproduto do processo industrial o excedente de energia elétrica produzido.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.25 Arrendamentos

A SPC arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a SPC detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em empréstimos. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento.

3.26 Transações com partes relacionadas

Para realização de operações e negócios com partes relacionadas é determinado que se observe os preços e condições usuais de mercado para estas transações, bem como as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia e suas controladas e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.27 Estimativas, julgamentos e premissas contábeis relevantes

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas, julgamentos e premissas contábeis com relação ao futuro que afetam a aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas de forma contínua e qualquer alteração em suas bases são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e premissas utilizadas na aplicação das políticas e práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material estão apresentados a seguir:

i) Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas selecionam métodos e utilizam julgamentos nas premissas que utiliza na determinação do valor justo, bem como, na definição dos cenários da análise de sensibilidade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação (Nota explicativa 4.7).

Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia e suas controladas.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos materiais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i) Nota explicativa 4 – Instrumentos financeiros e riscos;
- ii) Nota explicativa 13 – Ativos biológicos;
- iii) Nota explicativa 23 – Plano de remuneração de longo prazo baseado em ações.

ii) Instrumentos financeiros (derivativos e não derivativos)

Para determinação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercado ativo são utilizadas técnicas de avaliação pela Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas utilizam operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise do fluxo de caixa e outras que contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração. A Companhia e suas controladas também utilizam seu julgamento para definir os cenários apresentados na análise de sensibilidade (Nota explicativa 4).

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

iii) Ativos biológicos

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos de florestas é realizado com uso da metodologia do fluxo de caixa descontado, onde são utilizadas diversas premissas econômicas e florestais críticas com alto grau de julgamento (Nota explicativa 13).

iv) Vida útil e valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A vida útil dos ativos tangíveis relevantes foi definida por peritos independentes e nas especificações dos fabricantes das máquinas e equipamentos, no nível de operação das plantas industriais e na qualidade da manutenção preventiva e corretiva. Os ativos intangíveis de vida útil definida são embasados em laudos de avaliadores independentes. Todos estes materiais envolvendo alto grau de julgamento e incertezas.

Caso ocorram eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros, a Administração realiza uma reavaliação e ajusta sua vida útil de acordo com a nova perspectiva (Notas explicativas 15 e 16).

v) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia e suas controladas.

Essas estimativas estão contidas em planejamento de longo prazo, que é revisado anualmente pela Administração e submetido para a aprovação do Conselho de Administração. Esse plano é elaborado utilizando variáveis macroeconômicas, como câmbio e taxa de juros; variáveis do segmento de mercado, como curvas de oferta/demanda esperadas e preços de venda projetados; variáveis operacionais, como custos de produção e volumes de produção esperados. O conjunto destas variáveis denota o grau de julgamento da Companhia e suas controladas sobre a previsão destas premissas e incertezas quanto a sua realização.

A Administração entende, com base nas projeções de resultado e resultados auferidos que a realização dos créditos diferidos ativos é provável (Nota explicativa 12).

vi) Passivo atuarial

A SPC tem compromissos atuariais de benefícios pós-emprego referentes à assistência médica a ex-colaboradores. Tais compromissos e custos têm dependência de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as quais as mais relevantes são: taxas de desconto, inflação de longo prazo, variação de custos médicos e hospitalares, e variabilidade na tabela atuarial aplicada, as quais implicam certo grau de julgamento para com as premissas adotadas.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente por peritos independentes e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas (Nota explicativa 22).

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.28 Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes

Foram emitidas e aprovadas as seguintes normas contábeis pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia e suas controladas não as adotaram de forma antecipada para a preparação destas demonstrações financeiras.

A Administração avaliou ou está em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção das seguintes normas:

i) IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos financeiros – Substitui as orientações existentes na IAS 39, exceto para o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros e inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia e suas controladas avaliaram as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas até o fechamento destas demonstrações financeiras, o impacto mapeado esperado na perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”), na rubrica de clientes será imaterial em relação à rubrica do Contas a Receber. Para os demais instrumentos financeiros não identificamos impacto em relação a atual estrutura de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

ii) IFRS 15 (CPC 47) Receita de contratos com clientes - Substitui as orientações existentes na IAS 18/IAS 11, e determina essencialmente que a receita passe a ser reconhecida, não mais pela transferência de riscos e benefícios ao cliente, mas pela transferência de controle, onde o atingimento de obrigações de performance, reconhecidas ao longo do tempo ou em determinado momento, identificadas nos contratos firmados é determinante para avaliação da contraprestação que a empresa espera receber em troca do controle desses bens ou serviços, e portanto a parcela da receita a ser reconhecida. A IFRS 15 é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia e suas controladas avaliaram as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas, não identificou mudanças que produzam impacto em suas demonstrações financeiras, devido a: (i) todos os critérios para o reconhecimento da receita já são atendidos; e (ii) a Companhia e suas controladas não possuem obrigações de desempenho posteriores a entrega dos bens, ou seja, a Companhia e suas controladas satisfazem à obrigação de desempenho ao transferir o bem prometido ao cliente em momento específico no tempo. Esse procedimento é aplicável na Companhia e suas controladas para o mercado interno e para o mercado externo.

iii) IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil - Substitui as orientações existentes na IAS 17, e determina essencialmente que os arrendatários passam a ter que reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso do bem arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, assim contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia e suas controladas, com base em avaliações preliminares, entende que o maior impacto produzido por esta norma está relacionado ao reconhecimento no balanço dos contratos de arrendamento de terras utilizadas para formação de florestas de eucalipto, com prazos de

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

vigência de até 3 ciclos de formação florestal, em torno de 21 anos (Nota explicativa 20.3 i)), porém até o fechamento destas demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas estão em processo de análise destes e dos demais contratos de arrendamento para eleger o critério de transição à nova Norma.

4. Instrumentos financeiros

4.1. Gerenciamento de riscos financeiros

a. Visão geral

A Administração da Companhia e suas controladas está voltada para a geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo. Fatores de risco externos relacionados a oscilações de preços de mercado, variações cambiais e de índices macroeconômicos podem introduzir um nível indesejado de volatilidade sobre a geração de caixa e resultados da Companhia e suas controladas. Para administrar esta volatilidade, de forma que não distorça ou prejudique o crescimento consistente no longo prazo, a SPC dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos de mercado.

Tais políticas buscam: (i) proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da SPC contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção, ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de mercado") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa já estejam expostos; e (ii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, tomando partido de hedges naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela SPC têm como objetivo a proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes de suas atividades operacionais.

O processo de gestão de riscos de mercado compreende as seguintes etapas sequenciais e recursivas: (i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxo de caixa e resultado da Companhia e suas controladas aos riscos de mercado; (ii) mensuração e comunicação dos valores em risco; (iii) avaliação e definição de estratégias para Administração dos riscos de mercado; e (iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias.

A Companhia e suas controladas utilizam os instrumentos financeiros mais líquidos e: (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (hedge); (ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e (iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes.

Os principais fatores de riscos financeiros considerados pela Administração são:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de taxas de câmbio;
- Risco de taxas de juros;

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- Risco de oscilações de preços de *commodities*; e
- Risco de capital.

A Companhia e suas controladas não adotam a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, todos os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos (encerradas e em aberto) estão integralmente reconhecidos nas demonstrações do resultado dos exercícios do Consolidado, e apresentados na Nota explicativa 26.

b. Avaliação

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas e apresentadas abaixo. Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias:

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo					
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	6	1.631.505	2.080.615	-	-
Ganhos não realizados em operações com derivativos	4.3	133.910	444.180	-	-
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.120.012	1.654.578	38.494	33.805
Contas a receber de clientes	7	2.304.209	1.622.559	-	-
		<u>5.189.636</u>	<u>5.801.932</u>	<u>38.494</u>	<u>33.805</u>
Passivo					
Passivo pelo custo amortizável					
Fornecedores	18	610.476	582.918	-	-
Empréstimos e financiamentos	19	12.192.213	14.013.738	357	959
Compromissos com aquisição de ativos	24	585.986	694.855	-	-
Valor justo por meio do resultado					
Perdas não realizadas em operações com derivativos	4.5	127.896	471.478	-	-
		<u>13.516.571</u>	<u>15.762.989</u>	<u>357</u>	<u>959</u>

c. Valor justo versus valor contábil

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais. As aplicações financeiras e os contratos de derivativos, utilizados exclusivamente com finalidade de proteção, encontram-se avaliados pelo seu valor justo.

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos swaps de taxas de juros e índices é calculado como o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da B3 e ANBIMA para operações de taxas de juros em reais, e da British Bankers Association e Bloomberg para operações de taxa Libor. O valor

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio forward prevalentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da B3.

Para determinar o valor justo de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado (e não para liquidação ou venda forçada) em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de precificação de opções, como Black & Scholes, e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de celulose é obtido através da cotação de preços para instrumentos com condições e prazos de vencimento remanescentes similares, junto aos principais participantes deste mercado. Por fim, o valor justo dos contratos para fixação de preços de bunker de petróleo é obtido com base nas cotações do índice Platts.

O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a SPC se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas das demonstrações financeiras da SPC apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	1.120.012	1.120.012	1.654.578	1.654.578
Aplicações financeiras	1.631.505	1.631.505	2.080.615	2.080.615
Contas a receber de clientes	2.304.209	2.304.209	1.622.559	1.622.559
Ganhos não realizados em operações com derivativos (circulante e não circulante)	133.910	133.910	444.180	444.180
	5.189.636	5.189.636	5.801.932	5.801.932
Passivo				
Fornecedores	610.476	610.476	582.918	582.918
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	12.192.213	13.755.723	14.013.738	14.335.784
Compromissos com aquisição de ativos (circulante e não circulante)	585.986	564.292	694.855	700.754
Perdas não realizadas em operações com derivativos (circulante e não circulante)	127.896	127.896	471.478	471.478
	13.516.571	15.058.387	15.762.989	16.090.934

4.2 Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas possuem o direcionamento de manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto que o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez.

A seguir é apresentada a maturidade dos passivos financeiros com liquidação em caixa, incluindo estimativas de pagamentos de juros e variação cambial, referentes ao prazo restante na data-base das demonstrações financeiras até o prazo de vencimento contratual.

Os valores abaixo divulgados são os fluxos de caixa não descontados contratados e, portanto, podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Consolidado	31/12/2017					
	Valor contábil total	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	610.476	610.476	610.476	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	12.192.213	15.897.670	2.705.273	2.686.542	4.930.467	5.575.388
Compromissos com aquisição de ativos	585.986	713.723	95.284	9.698	187.686	421.055
Derivativos a pagar	127.896	97.412	24.092	63.971	9.349	-
Outras contas a pagar	295.565	295.565	282.802	12.763	-	-
	13.812.136	17.614.846	3.717.927	2.772.974	5.127.502	5.996.443

Consolidado	31.12.2016					
	Valor contábil total	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	582.918	582.918	582.918	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	14.013.738	17.263.569	2.232.176	3.215.833	9.356.691	2.458.869
Compromisso com aquisição de ativos	694.855	806.967	87.239	9.517	190.616	519.595
Derivativos a pagar	471.478	386.459	245.865	130.787	9.807	-
Outras contas a pagar	203.485	203.485	189.269	14.216	-	-
	15.966.474	19.243.398	3.337.467	3.370.353	9.557.114	2.978.464

4.3 Risco de crédito

A SPC possui políticas comerciais e de crédito, determinadas pela Administração, que tem como objetivo mitigar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes. Isto é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e diversificação das vendas (pulverização do risco), além da obtenção de garantias ou contratação de instrumentos financeiros que reduzam estes riscos, como apólices de seguro de crédito, tanto para exportações como para vendas no mercado interno.

A matriz de avaliação de crédito da SPC é fundamentada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para atribuição de limites de crédito aos clientes de forma individualizada. Após análise são submetidos à aprovação conforme hierarquia pré-definida, sendo aplicável em alguns casos aprovação da diretoria em reunião e do Comitê de Crédito.

A SPC provisiona todos os títulos de clientes em aberto vencidos há mais de 90 dias e não renegociados, desde que não existam garantias reais. Também são provisionados os títulos em aberto de clientes que entrarem em recuperação judicial.

A SPC tem o objetivo de mitigar o risco de crédito mantendo suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como high grade pelas principais agências de classificação de risco.

O valor contábil dos ativos financeiros que representa a exposição ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras está apresentado a seguir:

Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.120.012	1.654.578	38.494	33.805
Aplicações financeiras	6	1.631.505	2.080.615	-	-
Contas a receber de clientes	7	2.304.209	1.622.559	-	-
Derivativos a receber		133.910	444.180	-	-
Total		5.189.636	5.801.932	38.494	33.805

As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e derivativos a receber têm a classificação de risco concedida pelas agências avaliadoras *Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's*. A classificação de risco está apresentada a seguir:

Classificação de risco	Consolidado			
	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		Derivativos a receber	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
AAA	2.211.990	1.599.447	65.510	92.490
AA+	169.881	1.759.006	51.231	73.768
AA	207.925	133.741	3.143	-
AA-	113.623	242.985	14.026	266.650
A+	-	-	-	11.272
A	45.753	2	-	-
A-	2.330	-	-	-
BB	15	12	-	-
	2.751.517	3.735.193	133.910	444.180

A classificação de risco de crédito das operações do contas a receber da SPC é classificada de acordo com o nível de inadimplência dos clientes em consonância com a norma do Banco Central do Brasil ("Bacen") – Resolução 2682. A classificação de risco é apresentada a seguir:

Classificação de risco	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Contas a Receber (a)		
Baixo Risco	2.268.675	1.571.349
Médio Risco	21.016	21.358
Alto Risco	52.859	66.481
	2.342.550	1.659.188

(a) Os montantes não consideram o valor de Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD") nos montantes de R\$ 38.740 e R\$ 37.017 em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.4 Riscos de mercado

A SPC está exposta a uma série de riscos de mercado, sendo os principais as variações de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de correção e preço de *commodities* que podem afetar seus resultados e condições financeiras.

Para mitigar os impactos nos resultados em cenários adversos, a SPC dispõe de processos para monitoramento das exposições e políticas que suportam a implementação da gestão de riscos.

As políticas estabelecem os limites e instrumentos a serem implementados com o objetivo de: (i) proteção do fluxo de caixa devido ao descasamento de moedas, (ii) mitigação de exposições a taxas de juros, (iii) redução dos impactos da flutuação de preços de *commodities*, e (iv) troca de indexadores da dívida.

No processo de gestão de riscos de mercado é feita: a identificação, avaliação e implementação da estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados.

Área independente monitora o cumprimento dos limites estabelecidos na política financeira da SPC para o volume máximo de operações contratadas.

4.4.1. Risco de taxas de câmbio

A captação de financiamentos e a política de hedge cambial da SPC são norteadas pelo fato de que cerca de 70% da receita líquida é proveniente de exportações com preços negociados em dólares Americanos, enquanto a maior parte dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a SPC contrate financiamentos de exportação em dólares e concilie os pagamentos dos financiamentos com os fluxos de recebimento das vendas no mercado externo, utilizando o mercado internacional de dívida como parte importante de sua estrutura de capital, e proporcionando um hedge natural de caixa para estes compromissos.

Além disso, a SPC contrata vendas de dólares nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. As vendas nos mercados futuros são limitadas a um percentual do excedente líquido (net exposure) de divisas no horizonte de 18 meses e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

A exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira são demonstradas a seguir:

Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	585.541	787.888
Contas a receber	1.544.749	957.269
Derivativos a receber	133.910	444.180
	2.264.200	2.189.337
Passivos		
Fornecedores	(36.018)	(24.630)
Empréstimos e financiamentos	(8.616.807)	(9.367.865)
Compromissos com aquisição de ativos	(332.193)	(354.664)
Derivativos a pagar	(126.781)	(397.468)
	(9.111.799)	(10.144.627)
Exposição líquida passiva	(6.847.599)	(7.955.290)

Análise de sensibilidade – exposição cambial

A Companhia e suas controladas utilizam, para fins de análise de risco de mercado, cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira, e os efeitos que podem gerar em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, pois refletem a conversão em Reais na data base do balanço patrimonial.

Os demais cenários foram construídos considerando a depreciação do Real em relação ao Dólar Americano em 25% e 50%.

A seguir são apresentados os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

Consolidado	31/12/2017		
	Provável	Possível Alta (Δ 25%)	Remoto Alta (Δ 50%)
Caixa e equivalentes de caixa	585.541	146.385	292.771
Contas a receber	1.544.749	386.187	772.374
Fornecedores	(36.018)	(9.004)	(18.009)
Empréstimos e financiamentos	(8.616.807)	(2.154.202)	(4.308.405)
Compromissos com aquisição de ativos	(332.193)	(83.048)	(166.096)
Derivativos <i>swaps</i>	(18.692)	(243.371)	(486.742)
Derivativos opções	25.821	(320.243)	(964.545)
	(6.847.599)	(2.277.296)	(4.878.652)

4.4.2. Risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A SPC, por sua vez, busca constantemente alternativas para a utilização de instrumentos financeiros a fim de evitar impactos negativos em seu fluxo de caixa.

Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros

A SPC utiliza, para fins de análise de risco de mercado, cenários para avaliar a sensibilidade que as variações das operações impactadas pelas taxas: CDI, TJLP e Libor podem gerar em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, pois refletem a melhor estimativa da Administração.

Os demais cenários foram construídos considerando valorização de 25% e 50% sobre as taxas de juros de mercado.

A seguir são apresentados os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

Consolidado	31/12/2017		
	Provável	Possível Alta (Δ 25%)	Remoto Alta (Δ 50%)
Certificado de depósitos interbancários ("CDI")			
Caixa e equivalentes de caixa	449.254	8.065	16.264
Aplicações financeiras	1.673.541	30.042	60.587
Empréstimos e financiamentos	(2.907.908)	(52.201)	(105.275)
Derivativos <i>swaps</i>	(18.692)	24.198	48.180
Derivativos opções	25.821	(24.908)	(47.526)
	<u>(777.984)</u>	<u>(14.804)</u>	<u>(27.770)</u>
Taxa de juros de longo prazo ("TJLP")			
Empréstimos e financiamentos	(209.954)	(3.674)	(7.348)
	<u>(209.954)</u>	<u>(3.674)</u>	<u>(7.348)</u>
London InterBank Offered Rate ("Libor")			
Empréstimos e financiamentos	(3.701.405)	(16.086)	(32.173)
Derivativos <i>swaps</i>	(1.116)	1.116	1.116
	<u>(3.702.521)</u>	<u>(14.970)</u>	<u>(31.057)</u>

4.4.3 Risco de preços de commodities

A SPC está exposta a preços de commodities refletidos principalmente no preço de venda da celulose no mercado externo. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global, bem como as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais.

Não é possível garantir que o preço se manterá em patamares benéficos para o resultado. A SPC pode utilizar instrumentos financeiros para mitigar o preço de venda de parte da produção, porém em determinados momentos a contratação de proteção ao preço da celulose pode não estar disponível.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A SPC também está exposta ao preço internacional do petróleo, refletido nos custos logísticos de comercialização para o mercado externo.

Em 31 de dezembro de 2017 não há posição comprada em oil bunker (31 de dezembro de 2016, posição comprada de US\$ 2 milhões) para proteção do custo logístico.

4.5. Instrumentos financeiros derivativos

A SPC apura o valor justo dos contratos derivativos e reconhece que tais valores podem ser diferentes dos valores realizados em uma eventual liquidação antecipada. A divergência no valor pode ocorrer por condições de liquidez, custo de desmonte, interesse da contraparte na liquidação antecipada, dentre outros aspectos. Os valores reportados pela SPC estão embasados em cálculo realizado por consultoria externa especializada, revisados pela Administração da SPC.

a) Derivativos em aberto por tipo de contrato

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as posições consolidadas de derivativos em aberto são assim apresentadas:

Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Consolidado	Valor de referência (nocial) em US\$		Valor justo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Hedge de fluxo de caixa				
Hedge cambial				
<i>Zero cost collar</i> (R\$ x US\$)	1.485.000	800.000	25.822	123.122
<i>Swap Fixed</i> (US\$) x CDI	50.000	-	5.356	-
<i>Swap</i> CDI x US\$ Fixed	50.000	-	(2.485)	-
NDF (MXN x US\$)	-	331	-	95
Subtotal	1.585.000	800.331	28.693	123.217
Hedge de Commodities				
<i>Bunker</i> (petróleo)	-	1.526	-	2.861
Subtotal	-	1.526	-	2.861
Hedge de dívida				
Hedge cambial				
<i>Swap</i> CDI x Fixed (US\$)	291.725	291.725	(21.562)	709
<i>Swap</i> CDI x Libor (US\$)	-	150.000	-	(157.773)
<i>Swap Fixed</i> (US\$) x CDI	-	29.500	-	(5.668)
Subtotal	291.725	471.225	(21.562)	(162.732)
Hedge de juros				
<i>Swap</i> Libor x Fixed (US\$)	19.841	46.312	(1.117)	(3.627)
<i>Swap</i> Cupom x Fixed (US\$)	-	220.000	-	12.983
Subtotal	19.841	266.312	(1.117)	9.356
Resultado total em derivativos	1.896.566	1.539.394	6.014	(27.298)
Classificação contábil				
No ativo circulante			77.090	367.145
No ativo não circulante			56.820	77.035
No passivo circulante			(23.819)	(250.431)
No passivo não circulante			(104.077)	(221.047)
			6.014	(27.298)

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2017 são operações de mercado de balcão, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de marcação a mercado.

A seguir estão descritos cada um dos contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos:

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- (i) *Swap* DI x US\$: posições em swaps convencionais trocando variação da taxa de Depósitos Interbancários (DI) por taxa pré-fixada em dólares. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais para dólares;
- (ii) *Swap* DI x *Libor*: posições em swaps convencionais trocando variação da taxa de Depósitos Interbancários (DI) por taxa pós-fixada em dólares. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais para dólares;
- (iii) *Swap* US\$ x DI: posições em swaps convencionais trocando variação de taxa pré-fixada em dólares por taxa dos Depósitos Interbancários ("DI"). O objetivo é reverter dívidas em dólares para Reais;
- (iv) *Swap Libor* x Fixed: posições em swaps convencionais trocando taxa pós-fixada por taxa pré-fixada em dólares. O objetivo é proteger o fluxo de caixa de variações na taxa de juros norte-americana;
- (v) *Swap* Cupom x US\$: posições em swaps de cupom de dólares para taxa em dólares pré-fixada offshore com o objetivo de reduzir o custo de endividamento;
- (vi) *Zero-Cost Collar*: posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de venda e venda de opções de compra de dólares, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações. Nesta estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira sobre os ajustes de posição;
- (vii) NDF US\$ x MXN\$: posições compradas em dólares e vendida em Peso-Mexicano, com o objetivo de proteção de vendas de produtos no mercado mexicano;
- (viii) *Bunker* (petróleo): posições compradas em *oil bunker* de petróleo, com o objetivo de proteger custos logísticos ligados a contratação de frete marítimo.

Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)****b) Valor justo por cronograma de vencimentos**

O cronograma de vencimentos dos derivativos está demonstrado a seguir:

Vencimentos de derivativos	Valor justo	
	31/12/2017	31/12/2016
Em 2017	-	113.957
Em 2018	53.270	(40.936)
Em 2019	(16.064)	(49.690)
Em 2020	(31.192)	(50.629)
	6.014	(27.298)

Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)****c) Posição ativa e passiva dos derivativos em aberto**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as posições consolidadas de derivativos em aberto são apresentadas a seguir:

Consolidado	Moeda	Valor de referência (nocional)		Valor justo	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Hedge de dívida					
Ativo					
Swap CDI x Fixed (US\$)	R\$	950.000	950.000	22.525	73.590
Swap CDI x Libor (US\$)	R\$	-	331.335	-	347.900
Swap Fixed (US\$) x CDI	US\$	-	29.500	-	95.447
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$	19.841	46.312	65.517	149.210
Swap Cupom x Fixed (US\$)	US\$	-	220.000	-	88.682
Subtotal				88.042	754.829
Passivo					
Swap CDI x Fixed (US\$)	US\$	291.725	291.725	(44.087)	(72.881)
Swap CDI x Libor (US\$)	US\$	-	150.000	-	(505.673)
Swap Fixed (US\$) x CDI	R\$	-	100.374	-	(101.115)
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$	19.841	46.312	(66.634)	(152.837)
Swap Cupom x Fixed (US\$)	US\$	-	220.000	-	(75.699)
Subtotal				(110.721)	(908.205)
Total de contratos de swap				(22.679)	(153.376)
Hedge de fluxo de caixa					
Zero cost collar (US\$ x R\$)	US\$	1.485.000	800.000	25.822	123.122
Swap Fixed (US\$) x CDI	US\$	50.000	-	5.356	-
Swap CDI x Fixed (US\$)	US\$	50.000	-	(2.485)	-
NDF (MXN x US\$)	US\$	-	331	-	95
Subtotal				28.693	123.217
Hedge de commodities					
Bunker (petróleo)	US\$	-	1.526	-	2.861
Subtotal				-	2.861
Resultado total em derivativos				6.014	(27.298)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

d) Derivativos liquidados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as posições consolidadas de derivativos liquidadas são apresentadas a seguir:

Consolidado	Valores de liquidação	
	31/12/2017	31/12/2016
Hedge de fluxo de caixa		
Hedge cambial		
<i>Zero cost collar</i> (R\$ x US\$)	28.159	10.805
NDF (R\$ x US\$)	11.110	(151.199)
NDF (MXN x US\$)	39	(52)
NDF (ARS x US\$)	-	17.069
Trava de câmbio (US\$ x R\$)	-	34.118
Subtotal	39.308	(89.259)
Hedge de Commodities		
Celulose	-	(475)
<i>Bunker</i> (petróleo)	2.631	902
Subtotal	2.631	427
Hedge de dívida		
Hedge cambial		
<i>Swap</i> CDI x <i>Fixed</i> (US\$)	78.411	24.726
<i>Swap</i> <i>Fixed</i> (US\$) x CDI	(8.809)	(69.039)
<i>Swap</i> CDI x <i>Libor</i> (US\$)	(162.769)	28.792
Subtotal	(93.167)	(15.521)
Hedge de juros		
<i>Swap</i> <i>Libor</i> x <i>Fixed</i> (US\$)	(2.588)	(6.026)
<i>Swap</i> <i>Cupom</i> x <i>Fixed</i> (US\$)	15.824	14.774
Subtotal	13.236	8.748
Resultado total de derivativos ^(a)	(37.992)	(95.605)

^(a) Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o recebimento de prêmio de derivativos nos montantes de R\$ 77.687 e de R\$ 212.868, respectivamente, de posições vendidas de opções não vencidas e portanto não apresentada no quadro acima.

4.6 Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da SPC é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte, além de mitigar riscos que possam impactar a disponibilidade de capital aplicado no desenvolvimento dos negócios.

A SPC monitora de forma constante, indicadores relevantes como: i) índice de alavancagem financeira consolidado, expresso pela razão de dívida total líquida pelo Lucro Antes de Juros,

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Impostos, Depreciação e Amortização (“EBITDA”) ajustado; ii) gestão de *covenants* financeiros contratuais, mantendo margem de segurança para que não sejam excedidos. A Administração prioriza captações na mesma moeda de sua principal fonte de geração de caixa, buscando dessa forma um *hedge* natural no longo prazo para seu fluxo de caixa. A SPC administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	12.192.213	14.013.738	357	959
(-) Caixa e aplicações financeiras	(2.751.517)	(3.735.193)	(38.494)	(33.805)
Dívida líquida	9.440.696	10.278.545	(38.137)	(32.846)
Patrimônio líquido pertencente aos acionistas não controladores	7.689.516	6.723.408	-	-
Patrimônio líquido pertencente aos controladores	3.940.242	3.467.541	3.940.242	3.467.541
Patrimônio líquido e dívida líquida	21.070.454	20.469.494	3.902.105	3.434.695

4.7 Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros e outros itens das demonstrações financeiras que foram avaliados pelo valor justo estão apresentados de acordo com os níveis definidos a seguir:

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços); e
- Nível 3 – *Inputs* para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos				
No Brasil	19.166	5.579	17	14
No Exterior	583.604	787.888	-	-
	602.770	793.467	17	14
Aplicações financeiras				
No Brasil	515.305	861.111	38.477	33.791
No Exterior	1.937	-	-	-
	517.242	861.111	38.477	33.791
	1.120.012	1.654.578	38.494	33.805

As aplicações financeiras em moeda nacional são de baixo risco e liquidez imediata, e correspondem a aplicações indexadas pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as taxas de remuneração variavam entre 94% e 110% do CDI.

6. Aplicações financeiras – consolidado

	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado mantidos para negociação		
Fundo de Investimento (a)	1.593.066	1.512.582
Certificado de depósitos bancários ("CDB") (b)	38.439	568.033
	1.631.505	2.080.615

(a) Os fundos de investimento alocam os recursos em instrumentos de renda fixa, diversificados entre títulos de instituições privadas e títulos públicos, e são remunerados um percentual de CDI que variam entre 74,4% e 105,1%. As carteiras de investimento são frequentemente monitoradas pela SPC afim de verificar a aderência à política de investimentos, que visa baixo risco e alta liquidez dos títulos. A classificação do risco desses ativos está apresentada na nota explicativa 4.3.

(b) Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") foram remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") de 102,48%. (31 de dezembro de 2016, 101,99%).

Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)****7. Contas a receber de clientes – consolidado****7.1 Composição dos saldos**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Cientes no País		
- Terceiros	741.957	667.838
- Fundo de investimentos em direitos creditórios ("FIDC")	25.825	-
- Partes relacionadas (a)	28.652	32.759
Cientes no Exterior		
- Terceiros	1.546.515	958.979
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD")	(38.740)	(37.017)
	<u>2.304.209</u>	<u>1.622.559</u>
Parcela classificada no ativo circulante	<u>2.304.006</u>	<u>1.622.337</u>
Parcela classificada no ativo não circulante	<u>203</u>	<u>222</u>

(a) Nota explicativa 11

7.2 Títulos vencidos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Valores vencidos:		
Vencidos até 30 dias	67.259	69.801
Vencidos entre 31 e 60 dias	16.068	12.824
Vencidos entre 61 e 90 dias	3.951	6.537
Vencidos entre 91 e 120 dias	2.833	6.968
Vencidos entre 121 e 180 dias	9.427	3.518
Acima de 180 dias	40.031	57.040
	<u>139.569</u>	<u>156.688</u>
% total de recebíveis vencidos sem PECLD	<u>6%</u>	<u>10%</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

7.3 Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial	(37.017)	(45.024)
Créditos provisionados no exercício	(45.986)	(11.078)
Créditos recuperados no exercício	6.089	1.573
Créditos baixados definitivamente da posição	36.726	17.379
Variação cambial	1.448	133
Saldos finais	<u>(38.740)</u>	<u>(37.017)</u>

A SPC em suas operações comerciais mantém garantias para os títulos vencidos, por meio de apólices de seguro de crédito, cartas de crédito e garantias reais. Parte dessas se equivalem a necessidade de constituição de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, conforme política de crédito (Nota explicativa 4.3).

7.4 Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”)

Em março de 2017, foram iniciadas as operações do FIDC, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios originados nas vendas a prazo realizadas pela SPC, de modo a garantir uma maior disponibilidade de crédito aos clientes do mercado interno. O fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado e seu funcionamento é regido pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 2907/2001 e pelas instruções CVM nº 356/01 e 531/13.

O FIDC será constituído por 100.000 quotas no montante de R\$100.000, sendo 97.000 quotas seniores de titularidade do Banco Rabobank (Coordenador Líder do Fundo) no montante de R\$ 97.000, e 3.000 quotas subordinadas, de titularidade da SPC no montante de R\$ 3.000. O fundo tem prazo estimado de 2 anos, podendo ser renovado.

Em 31 de dezembro de 2017 o patrimônio do FIDC era constituído de 29.395 quotas, das quais 26.395 são quotas seniores e 3.000 quotas subordinadas, no montante de R\$ 28.575 e R\$ 3.000, respectivamente. A participação da SPC no fundo é apresentada na rubrica de aplicações financeiras. O saldo em aberto das operações de cessão de direitos creditórios realizados pela SPC ao FIDC, somam o montante de R\$ 25.825 e estão registrados em clientes a receber e R\$ 24.665 em empréstimos e financiamentos, líquido de custo de transação.

Em 31 de dezembro de 2017 o montante registrado como despesa financeira, referente a taxa de desconto aplicada era de R\$ 1.733.

A SPC atua como agente de cobrança em caso de inadimplência dos direitos creditórios, mantendo o gerenciamento contínuo da carteira após sua transferência para o fundo.

Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)****8. Estoques – consolidado**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Produtos acabados		
Celulose		
No Brasil	81.829	82.532
No exterior	198.380	263.681
Papel		
No Brasil	196.944	210.326
No exterior	67.146	69.043
Bens de consumo no Brasil	6.376	-
Produtos em elaboração	63.797	57.708
Matérias-primas	388.383	427.783
Materiais de almoxarifado e outros	170.020	173.855
Adiantamento a fornecedores	35.086	28.215
	<u>1.207.961</u>	<u>1.313.143</u>

Em 31 de dezembro de 2017, os estoques estão líquidos do saldo das perdas estimadas nos montantes de R\$ 51.911 (31 de dezembro de 2016, o montante era de R\$ 28.206). As adições e reversões das perdas estimadas e baixas diretas foram reconhecidas no resultado na rubrica de custos com produtos vendidos e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, correspondem aos montantes de R\$ 24.384 e R\$ 9.564, respectivamente.

Não foram disponibilizados itens dos estoques para penhor ou garantia a passivos para os exercícios apresentados.

9. Tributos a recuperar

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
IRPJ e CSLL - antecipações e impostos retidos	59.315	286.324	426	4.180
PIS/COFINS - sobre aquisição de imobilizado (a)	58.767	62.232	-	-
PIS/COFINS - demais operações	55.528	23.777	13	16
ICMS - sobre aquisição de imobilizado (b)	71.603	68.393	-	-
ICMS - demais operações (c)	280.384	269.064	-	-
Programa Reintegra (d)	71.376	32.514	-	-
Outros impostos e contribuições	4.315	48.665	-	-
Provisão para perdas de crédito de ICMS (e)	(10.583)	(11.401)	-	-
	<u>590.705</u>	<u>779.568</u>	<u>439</u>	<u>4.196</u>
Total do ativo circulante	<u>306.948</u>	<u>430.032</u>	<u>439</u>	<u>4.196</u>
Total do ativo não circulante	<u>283.757</u>	<u>349.536</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(a) Créditos com realização vinculada ao prazo de depreciação do ativo correspondente;

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- (b) Créditos decorrente de entrada de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado, a apropriação é realizada na proporção de 1/48 a partir da entrada e mensalmente conforme escrituração do Controle de ICMS de Ativo Imobilizado – CIAP.
- (c) Crédito acumulado de ICMS devido ao volume de exportações e crédito gerado nas operações de entrada dos produtos. Os créditos estão concentrados nos Estados da Bahia e Maranhão, onde a SPC realiza os créditos por meio da operação de “Transferência de Crédito Acumulado” (venda de crédito a terceiros), após homologação e liberação da Secretaria da Fazenda. Os créditos também estão sendo realizados através do consumo em suas operações de bens e consumo (*tissue*) no mercado interno já iniciadas nos Estados da Bahia e Maranhão.
- (d) Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as empresas exportadoras (“Reintegra”).
- (e) Provisão para perdas de ICMS relacionado ao deságio obtido nas vendas a terceiros de crédito acumulado mencionado no item “c”.

10. Adiantamento a fornecedores - consolidado

10.1 Programa de fomento

O Programa de fomento consiste em um sistema de parceria incentivada à produção florestal regional, onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para o fornecimento de produto agrícola (madeira) à SPC. O objetivo é atuar de forma a desenvolver socialmente e economicamente as regiões onde a SPC atua.

A SPC fornece mudas de eucalipto, subsídio em insumos, além de adiantamento em espécie, não estando estes últimos sujeitos a avaliação pelo valor presente uma vez que serão liquidados, preferencialmente, em mercadorias. Adicionalmente, a SPC apoia os produtores através de assessoria técnica em manejo florestal, porém não tem controle conjunto nas decisões efetivamente implementadas.

Ao final dos ciclos de produção a SPC tem assegurado com os participantes contratualmente uma oferta de compra dos produtos agrícolas (madeira) por valores em bases de mercado, dos quais são abatidos os valores subsidiados anteriormente no momento da transação, entretanto, não impede que os produtores negociem a produção com outros participantes de mercado, desde que os valores incentivados sejam quitados.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o saldo dos adiantamentos de recursos financeiros e de insumos para fomentados totaliza os montantes de R\$ 237.466 e R\$ 232.992, respectivamente, classificados no balanço de acordo com a expectativa de realização, entre circulante e não circulante.

10.2 Adiantamento para compra de produto acabado

Em 31 de dezembro de 2017, a SPC possuía operações de adiantamento para compra de produto acabado através de sua controlada Suzano Trading no montante de US\$ 10 milhões (equivalente a R\$ 33.324), (31 de dezembro de 2016, o montante era de R\$ 476.611).

Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)****11. Partes relacionadas****11.1 Saldos patrimoniais e transações em 31 de dezembro de 2017**

Partes relacionadas	Natureza da Principal Operação	Ativo		Passivo	Resultado
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receitas (despesas)
Com partes relacionadas					
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	Venda de papel	-	-	-	(4.056) (1)
Mabex Representações e Participações Ltda.	Serviços de aeronave	-	-	-	(320)
Lazam-MDS Corretora e Adm.de Seguros S.A.	Consultoria e assessoria em seguros	-	-	-	(378)
Instituto Ecofuturo	Serviços sociais	4	-	45	(3.784)
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Venda de celulose	28.628 (1)	-	6.954	83.706 (1)
Bexma Comercial Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	5.026 (2)
Taba Consultores Associados Ltda.	Consultoria e assessoria	-	-	-	(888)
SPLF Investimentos e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	2.054 (2)
BS Participações S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	1.203 (2)
HiperStream Sistemas e Tecnologia da Informação Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	309 (2)
Bizma Investimentos Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	624 (2)
IPLF Holding S.A.	Compartilhamento de despesas e mútuo	-	26.555 (6)	-	28
Acionistas	Dividendos a pagar	-	-	108.552 (4)	-
		<u>28.632</u>	<u>26.555</u>	<u>115.551</u>	<u>83.524</u>
Com empresas controladas diretas					
Suzano Papel e Celulose S.A.	Concessão de fianças e gastos administrativos	-	141	-	13.803 (3)
Suzano Papel e Celulose S.A.	Dividendos a receber	70.782 (5)	-	-	-
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	999 (2)
Premesa S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	195 (2)
		<u>70.782</u>	<u>141</u>	<u>-</u>	<u>14.997</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

11.2 Saldos patrimoniais e transações em 31 de dezembro de 2016

Partes relacionadas	Natureza da Principal Operação	Ativo		Passivo	Resultado
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receitas (despesas)
Com partes relacionadas					
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	Venda de papel	9.036 (1)	-	-	47.273 (1)
Mabex Representações e Participações Ltda.	Serviços de aeronave	-	-	-	(231)
Lazam-MDS Corretora e Adm.de Seguros S.A.	Consultoria e assessoria em seguros	-	-	-	(343)
Instituto Ecofuturo	Serviços sociais	-	-	400	(4.499)
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Venda de celulose	22.441 (1)	13.000	7.591	71.878 (1)
Bexma Comercial Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	6.312 (2)
Futuragene PLC.	Compartilhamento de despesas	259	-	-	265
CPMais Serviços de Consultoria em Meio Ambiente Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	654 (2)
Ficus Empreendimentos e Participações S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	49	-
Empreendimentos Imobiliários BVF Ltda.	Outras despesas	-	-	49	-
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.	Outras despesas	-	-	97	-
Taba Consultores Associados Ltda.	Consultoria e assessoria	-	-	-	(888)
SPLF Investimentos e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	1.991 (2)
BS Participações S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	785 (2)
HiperStream Sistema e Tecnologia da Informação Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	502 (2)
IPLF Holding S.A.	Compartilhamento de despesas e mútuo	11	12.034	(6)	22
Acionistas	Dividendos a pagar	-	-	128.770 (4)	-
		<u>31.747</u>	<u>25.034</u>	<u>136.956</u>	<u>123.721</u>
Com empresas controladas diretas					
Suzano Papel e Celulose S.A.	Concessão de fianças e gastos administrativos	-	31 (3)	1.000	18.976 (3)
Suzano Papel e Celulose S.A.	Dividendos a receber	117.342 (5)	-	-	-
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	430 (2)
Premesa S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	1.256 (2)
		<u>117.342</u>	<u>31</u>	<u>1.000</u>	<u>20.662</u>

- 1) Operações comerciais de venda de papel e celulose;
- 2) Compartilhamento de despesas com serviços administrativos;
- 3) Avais e fianças sobre garantias prestadas em favor da SPC e compartilhamento de despesas;
- 4) Dividendos creditados pela Companhia aos seus acionistas.
- 5) Dividendos a receber da SPC.
- 6) Mútuo sem incidência de juros.

11.3 Remunerações dos administradores

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria e determinados executivos, reconhecidas no resultado do exercício.

Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de Curto Prazo				
Salário ou Pró-Labore	29.461	28.339	4.687	7.746
Benefícios Direto ou Indireto	3.305	2.786	346	789
Bônus	30.976	26.343	4.158	6.162
	63.742	57.468	9.191	14.697
Benefícios de Longo Prazo				
Plano de Remuneração baseado em Ações	43.559	30.356	10.005	1.032
	43.559	30.356	10.005	1.032
Total	107.301	87.824	19.196	15.729

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa) e remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus e benefícios (assistência médica, vale refeição, vale alimentação, seguro de vida e previdência privada).

Os benefícios de longo prazo incluem o plano de opções de compra de ações e ações fantasma, destinados aos executivos e membros chave da Administração, conforme regulamentos específicos (Nota explicativa 23).

12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Companhia e suas controladas, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinado em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional.

Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Os saldos do imposto de renda e da contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo fiscal	575.248	697.679	-	2.869
Base negativa da contribuição social	29.830	82.232	-	1.033
Provisão para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas	112.875	85.739	9.244	7.129
Provisões operacionais e para perdas diversas	207.402	184.444	3.502	3.645
Provisão para não recuperação de ágio	-	158.921	-	-
Varição cambial - Tributação pelo regime caixa (a)	82.793	-	-	-
Ativos biológicos - valor justo	-	18.895	-	-
Perdas com derivativos	29.943	156.804	-	-
Demais diferenças temporárias	109.503	94.380	-	-
Ativo não circulante	1.147.594	1.479.094	12.746	14.676
Agio - aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	10.063	162.671	-	-
Imobilizado - ajuste de custo atribuído	1.603.987	1.608.733	-	-
Ativos biológicos - Valor justo	90.461	-	-	-
Depreciação acelerada incentivada	1.183.115	1.100.239	-	-
Ganhos com derivativos	31.988	143.459	-	-
Demais diferenças temporárias	2.532	3.734	-	-
Passivo não circulante	2.922.146	3.018.836	-	-
Total líquido ativo não circulante	15.408	19.354	12.746	14.676
Total líquido passivo não circulante	1.789.960	1.559.096	-	-

(a) SPC adotou a partir de 01 de janeiro de 2017 a variação cambial pelo regime de caixa para tributação do IRPJ e da CSLL.

Exceto pelos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e a depreciação acelerada incentivada, que é alcançada somente pelo IRPJ, as demais bases tributáveis foram alcançadas por ambos impostos.

A composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social da Companhia e de suas controladas está abaixo demonstrada:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízos fiscais	2.326.695	2.803.836	11.477	11.477
Base negativa da contribuição social	353.943	923.607	11.477	11.477

A projeção de realização dos impostos diferidos, foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração e nas projeções de resultados aprovados pelos órgãos de governança corporativa da Companhia e suas controladas. Todavia, por envolverem diversas premissas que não estão sobre o controle da Companhia e suas controladas, como índices de inflação, volatilidade do câmbio, preços praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir materialmente daqueles considerados na preparação desta projeção.

Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u>
Em 2018	415.446
Em 2019	239.565
Em 2020	183.830
Em 2021	121.923
Em 2022	106.962
2023 a 2027	67.053
	<u><u>1.134.779</u></u>

12.1 Reconciliação dos efeitos do imposto de renda e contribuição social no resultado

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.229.800	2.411.438	599.407	544.463
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	(758.132)	(819.889)	(203.798)	(185.117)
Efeito tributário sobre diferenças permanentes:				
Incentivo fiscal - redução SUDENE (a)	196.604	124.085	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	1.996	2.422	206.035	182.841
Diferença de tributação - empresas controladas (b)	151.136	20.327	-	-
Crédito Reintegra	39.180	1.812	-	-
Juros sobre capital próprio	50.538	-	(17.406)	-
Tributação de lucros de controladas no exterior	(104.918)	(7.880)	-	-
Tributação em transações com controladas	(11.789)	(20.135)	-	-
Outros	(11.528)	(29.725)	38	4
	<u>(446.913)</u>	<u>(728.983)</u>	<u>(15.131)</u>	<u>(2.272)</u>
Imposto de renda				
Corrente	(90.406)	(17.259)	(9.691)	(395)
Diferido	(185.483)	(487.707)	(1.419)	(1.269)
	<u>(275.889)</u>	<u>(504.966)</u>	<u>(11.110)</u>	<u>(1.664)</u>
Contribuição social				
Corrente	(125.134)	(172.604)	(3.510)	(151)
Diferido	(45.890)	(51.413)	(511)	(457)
	<u>(171.024)</u>	<u>(224.017)</u>	<u>(4.021)</u>	<u>(608)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios	<u>(446.913)</u>	<u>(728.983)</u>	<u>(15.131)</u>	<u>(2.272)</u>
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL	20,04%	30,23%	2,52%	0,42%

(a) Utilização do benefício de redução de 75% calculado com base no Lucro da Exploração das unidades de Mucuri/BA e de Imperatriz/MA da SPC.

(b) Refere, substancialmente, a diferença entre a alíquota nominal da Companhia e das suas controladas no Brasil e no exterior.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

12.2 Incentivos fiscais

A SPC, possui incentivos fiscais de redução parcial do imposto de renda e Depreciação Acelerada Incentivada (“DAI”) produzidos pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”) nas regiões de Mucuri (BA) e Imperatriz (MA). O Incentivo de redução do IRPJ é calculado com base no lucro da atividade (lucro da exploração), e leva em conta a alocação do lucro operacional pelos níveis de produção incentivada durante os períodos definidos como beneficiados para cada produto, que no geral são por 10 anos. O Incentivo das Linhas 1 e 2 de Mucuri (BA) expiram respectivamente em 2024 e 2018.

Na SPC, o Benefício da DAI é aplicável para as aquisições dos bens do ativo imobilizado a partir do ano-calendário de 2006 e até 31 de dezembro de 2018, e consiste na depreciação integral do bem, no próprio ano da aquisição ou até o 4º ano subsequente à aquisição, para unidade do Maranhão, que poderá ser deduzida da base de cálculo do IRPJ.

Na unidade de Mucuri (BA) da SPC, a depreciação integral dos bens do ativo imobilizado adquiridos para a Linha 2 ocorreu no início das atividades operacionais da Linha. Para os demais ativos imobilizados dessa unidade, e de Imperatriz (MA), o incentivo fiscal tem validade para as aquisições realizadas até 31 de dezembro de 2018.

13. Ativos biológicos – consolidado

A seguir a movimentação dos saldos no exercício findo:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.130.508
Adições (a)	1.426.699
Exaustão no período	(565.331)
Perda na atualização do valor justo (b)	(780.666)
Alienações de florestas	(24.341)
Outras baixas (c)	(114.341)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.072.528
Adições (a)	912.368
Exaustão no período	(551.135)
Perda na atualização do valor justo (b)	192.504
Alienações de florestas	(28.030)
Outras baixas (c)	(49.338)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	4.548.897

(a) Refere-se a formação e a aquisição de florestas. Em 2016, houve a aquisição das florestas da Queiroz Galvão que representaram cerca de R\$ 507 milhões. No consolidado da SPC foram eliminados os custos com arrendamento de terras incorridos com controladas no montante de R\$ 22.624 (31 de dezembro de 2016, o montante era de R\$ 21.789);

(b) A perda apurada em 2016 é composta, principalmente, pela redução do IMA nas regiões da Bahia e Pará, redução do preço bruto médio da madeira no mercado de São Paulo, demais efeitos econômicos e do giro operacional das florestas. O ganho apurado em 2017 é devido, principalmente, ao preço bruto da madeira nas regiões do Maranhão e no Pará, e à manutenção das demais premissas;

(c) Representam as baixas operacionais de florestas durante o período de formação florestal.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os ativos biológicos da SPC são compostos substancialmente de florestas de eucalipto de reflorestamento utilizadas para o abastecimento de madeira das fábricas de celulose e papel e estão localizadas nos Estados de São Paulo, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará e Tocantins. Áreas de preservação permanente e reserva legal não foram incluídas no cálculo do valor justo devido sua natureza.

O valor justo das florestas de eucalipto é determinado semestralmente através do método da renda (“*Income Approach*”) utilizando o modelo Fluxo de Caixa Descontado.

As premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos foram:

- i) Ciclo médio de formação florestal de 7 anos;
- ii) As florestas são valorizadas ao seu valor justo a partir do ano de plantio;
- iii) O Incremento Médio Anual – IMA que consiste no volume estimado de madeira com casca em m³ por hectares, apurado com base no material genético aplicado em cada região, tratos silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo;
- iv) O custo-padrão médio por hectare estimado contempla gastos com silvicultura e manejo florestal aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas, acrescidos do custo dos contratos de arrendamento de terras e do custo de oportunidade das terras próprias;
- v) Os preços brutos médios de venda do eucalipto, foram baseados em pesquisas especializadas em transações realizadas pela SPC com terceiros independentes, e/ou ponderado pelo custo de formação acrescidos do custo de capital mais margem estimada para regiões onde não há referência de mercado disponível;
- vi) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa é calculada com base em estrutura de capital e demais premissas econômicas para um participante de mercado independente de comercialização de madeira em pé (florestas).

O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos:

Premissas Aplicadas	31/12/2017	31/12/2016
Área útil plantada (hectare)	470.338	450.474
Ativos Maduros	106.008	84.084
Ativos Imaturos	364.330	366.390
Incremento médio anual (IMA) - m ³ /hectare/ano	33,06	33,80
Preço bruto médio de venda do eucalipto - R\$/m ³	69,19	53,45
Custo de utilização de ativos próprios que contribuem - %	4,44%	5,00%
Taxa de desconto - %	9,11%	10,54%

A SPC administra os riscos financeiros relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Para redução dos riscos decorrentes de fatores edafoclimáticos, é realizado monitoramento através de estações meteorológicas e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal, uma área especializada em fisiologia e fitossanidade da SPC, adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46 (equivalente ao IFRS 13) – Mensurações do Valor Justo, por conta da complexidade e estrutura do cálculo.

As principais premissas, IMA e Preço Médio, destacam-se como sendo as de maior sensibilidade onde aumentos nessas premissas geram ganhos relevantes e reduções nas premissas provocam impactos negativos relevantes na mensuração do valor justo.

Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)****14. Investimentos**

Posição e movimentação dos investimentos em controladas :

	Suzano Papel e Celulose S.A. (1)	Premesa S.A.	Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	Total
a) Participação no capital em 31 de dezembro de 2017				
Quantidade de ações ou cotas possuídas				
Ações ordinárias	367.612.234	20.970	-	
Cotas	-	-	136.911	
Capital votante / total (7)	33,66%	99,17%	83,33%	
b) Informações das controladas em 31 de dezembro de 2017				
Ativo	28.522.982	7.623	1.057	
Passivo	16.931.404	176	236	
Patrimônio líquido	11.591.578	7.447	821	
Capital social	6.241.753	5.300	164	
Resultado do período	1.807.433	(239)	(550)	
c) Investimentos				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.020.220	8.250	1.720	3.030.190
Equivalência patrimonial	538.973	(627)	(577)	537.769
Dividendos (2)	(209.691)	-	-	(209.691)
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (3)	(27.288)	-	-	(27.288)
Perda na variação de participação (4)	(2.235)	-	-	(2.235)
Recebimento de ações por cisão (5)	22.296	-	-	22.296
Ganho na variação de participação pela cisão (6)	78.103	-	-	78.103
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.420.378	7.623	1.143	3.429.144
Equivalência patrimonial	606.682	(238)	(459)	605.985
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (3)	12.447	-	-	12.447
Perda na variação de participação (4)	609	-	-	609
Juros sobre capital próprio recebido (2)	(67.273)	-	-	(67.273)
Dividendos propostos a receber (2)	(70.782)	-	-	(70.782)
Complementos dos dividendos de 2016	200	-	-	200
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.902.261	7.385	684	3.910.330

(1) Última cotação em bolsa por ação ordinária – R\$18,69 em 31 de dezembro de 2017, o valor de mercado desse investimento naquela data era de R\$ 6.870.673;

(2) Dividendos e juros sobre capital próprio classificados no fluxo de caixa como atividade de investimentos;

(3) Participação no ajuste de avaliação patrimonial, decorrente de alterações de participação acionária, ganho atuarial e variação cambial reconhecida pela controlada;

(4) Perda na variação de participação, substancialmente decorrente da movimentação de ações em tesouraria na SPC;

(5) Incorporação de 10 milhões de ações ON vertidas por instrumento de cisão parcial da IPLF Holding S.A., em 31/08/2016;

(6) Ganho de participação decorrente da incorporação de 10 milhões de ações ON vertidas por instrumento de cisão parcial da IPLF Holding S.A., em 31/08/2016;

(7) Em 28 de setembro de 2017 David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer, Ruben Feffer e Suzano Holding S.A. celebraram Acordo de Voto para regular, dentre outras avenças, o exercício do direito de voto relacionado às ações de emissão da SPC de sua titularidade e vinculadas ao referido Acordo de Voto, as quais representavam, em conjunto, naquela data, 50,035% do capital social da SPC, nos termos previsto no Acordo de Voto, conforme nota explicativa N° 1.1.b)ii).

Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)****15. Imobilizado – consolidado**

	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Outros Ativos	Terrenos e Fazendas	Obras em Andamento	Total
Taxa média anual de depreciação	3,45%	5,25%	17,52%	-	-	-
Custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.626.508	15.065.858	285.775	4.336.092	216.506	22.530.739
Transferências	59.153	278.749	17.609	229.269	(584.780)	-
Transferências entre outros ativos	(b) -	32.593	-	-	(27.577)	5.016
Adições	(22)	88.561	11.154	(80)	783.074	882.687
Baixas	(a) (1.774)	(120.191)	(12.790)	(4.159)	-	(138.914)
Provisão para perdas ("impairment")	-	-	-	(192.538)	-	(192.538)
Capitalização de juros	-	-	-	-	3.448	3.448
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.683.865	15.345.570	301.748	4.368.584	390.671	23.090.438
Transferências	141.161	485.182	3.321	3.920	(633.560)	24
Transferências entre outros ativos	(b) (4.500)	4.434	(7.035)	-	(8.705)	(15.806)
Adições	4.648	106.422	6.595	2.257	731.740	851.662
Baixas	(a) (9.468)	(95.277)	(13.525)	(26.162)	(4.697)	(149.129)
Capitalização de juros	-	-	-	-	8.286	8.286
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.815.706	15.846.331	291.104	4.348.599	483.735 (c)	23.785.475
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(685.719)	(5.330.746)	(167.659)	-	-	(6.184.124)
Transferências	(41)	1.830	(1.789)	-	-	-
Baixas	(a) 759	111.525	12.552	-	-	124.836
Depreciações	(77.723)	(691.552)	(26.149)	-	-	(795.424)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(762.724)	(5.908.943)	(183.045)	-	-	(6.854.712)
Transferências	8	270	(301)	-	-	(23)
Baixas	(a) 3.177	64.536	13.145	-	-	80.858
Depreciações	(70.315)	(701.822)	(27.792)	-	-	(799.929)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(829.854)	(6.545.959)	(197.993)	-	-	(7.573.806)
Valor residual						
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.985.852	9.300.372	93.111	4.348.599	483.735 (c)	16.211.669
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.921.141	9.436.627	118.703	4.368.584	390.671	16.235.726

- a) Os valores de baixas da SPC incluem, além das baixas por alienação, baixas por obsolescência e sucateamento;
- b) Inclui transferências na SPC entre as rubricas de estoque, intangível e em ativos não circulantes a venda, sendo: i) Carretas R\$ 7.035; ii) Imóvel comercial R\$ 4.500;
- c) O saldo de obras em andamento na SPC decorre dos investimentos realizados em consonância com sua estratégia para maximizar o retorno para os acionistas, sendo: i) negócios adjacentes R\$ 134.299; ii) competitividade estrutural R\$ 264.606; e iii) demais investimentos R\$ 84.830 (31 de dezembro de 2016, i) negócios adjacentes R\$ 143.677; ii) competitividade estrutural R\$ 187.626; e iii) demais investimentos R\$ 59.368).

A classe de máquinas e equipamentos da SPC considera os montantes reconhecidos a título de arrendamento mercantil financeiro descritos na Nota explicativa 20.1.

Em 31 de dezembro de 2017, a SPC não identificou nenhum evento que denotasse a redução do valor recuperável dos ativos.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

15.1 Bens dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2017, a SPC e suas controladas tinham bens do imobilizado dados como garantia em operações de empréstimos e processos judiciais, no montante de R\$ 11.571.632 (31 de dezembro de 2016, o montante era de R\$11.155.204).

15.2 Despesas capitalizadas

Durante o exercício de 2017 foram capitalizados juros na SPC no montante de R\$ 8.286, referente aos recursos utilizados para investimento em negócios adjacentes e em competitividade estrutural (31 de dezembro de 2016, o montante era R\$ 3.448 referente aos mesmos investimentos). O valor calculado considera as captações líquidas das aplicações à taxa média de 0,79% ao mês.

16. Intangível – consolidado

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo no Consolidado era de R\$ 188.426 (31 de dezembro de 2016 era de R\$ 219.588).

Em 2017, a controlada indireta Futuragene descontinuou dois contratos remanescentes de pesquisa e desenvolvimento com terceiros no montante de R\$ 18.845, onde as partes não manifestaram interesse em continuar as pesquisas.

17. Créditos a receber com precatórios – consolidado

Em 1º de julho de 1987, a subsidiária incorporada Companhia Santista de Papel, ajuizou Ação Indenizatória por Desapropriação Indireta, visando obter indenização em virtude de imóvel de sua propriedade ter sido declarado como área de utilidade pública (imóvel atingido pelo Parque Estadual da Serra do Mar, na cidade de Cubatão, no Estado de São Paulo). Em 2 de dezembro de 2004, o processo transitou em julgado com ganho de causa para a SPC.

A Administração da SPC juntamente com seus assessores jurídicos esperam o repasse do valor do precatório até o ano de 2020, não obstante esteja em discussão a dilação do prazo de pagamento para 2024, quando então todos os precatórios deverão ser quitados.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante era de R\$ 60.975 (31 de dezembro de 2016 o montante era de R\$ 56.721).

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

18 Fornecedores – consolidado

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecedores nacionais	574.458	558.288
Fornecedores estrangeiros	36.018	24.630
	<u>610.476</u>	<u>582.918</u>

Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)****19. Empréstimos e financiamentos – consolidado**

		Indexador	Taxa média anual de juros em 31/12/2017	Vencimentos	31/12/2017	31/12/2016
Controlada direta Suzano Papel e Celulose S.A. - Consolidado						
Imobilizado:						
BNDES - Finem	(a) (b)	Taxa fixa / TJLP	7,19%	2018 a 2026	339.798	1.096.648
BNDES - Finem	(b)	Cesta de moedas / US\$	6,52%	2018 a 2023	165.125	490.718
BNDES - Finame	(a)	Taxa fixa / TJLP	5,55%	2018 a 2024	4.708	18.548
FNE - BNB	(b)	Taxa fixa	6,28%	2018 a 2026	244.452	218.937
FINEP	(b)	Taxa fixa	4,00%	2018 a 2020	20.577	35.263
Arrendamento mercantil financeiro		CDI / US\$		2018 a 2022	19.686	23.632
Financiamentos de Importações / ECA	(b) (c)	US\$ / Libor	3,05%	2018 a 2022	864.761	1.078.696
					1.659.107	2.962.442
Capital de giro:						
Financiamentos de exportações		US\$ / Libor	4,89%	2018 a 2022	844.388	1.940.764
Nota de crédito de exportação		CDI	6,89%	2018 a 2020	2.907.200	3.242.035
Senior Notes	(d)	US\$ / Taxa fixa	6,22%	2021 a 2047	4.730.800	3.787.755
Desconto de duplicatas - Vendor				2018	33.363	32.957
Empréstimo sindicalizado	(e)	US\$ / Libor	3,32%	2018 a 2020	1.986.691	1.950.463
Fundo de Direitos Creditórios				2018	24.665	-
Outros				2018	5.642	96.363
					10.532.749	11.050.337
Controladora						
Investimento:						
BNDESPAR		TJLP	4,50%	2017 a 2018	357	959
					12.192.213	14.013.738
Parcela circulante (inclui juros a pagar)					2.115.424	1.595.326
Passivo não circulante					10.076.789	12.418.412

Os financiamentos e empréstimos consolidados não circulantes vencem como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	2.489.329
2019	2.122.767	2.569.759
2020	2.599.279	2.807.001
2021	1.121.216	2.733.599
2022	123.745	105.600
2023	53.160	60.531
2024	34.084	43.479
2025 em diante	4.022.538	1.609.114
	10.076.789	12.418.412

- (a) Operações captadas a 6% a.a. da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") divulgada pelo Banco Central. Modelo de operação de termo de capitalização, ou seja, o que ultrapassar 6% a.a., é incorporado ao valor do principal e submetido a mesma taxa de juros nominal citada.
- (b) Os empréstimos e financiamentos estão garantidos, conforme o caso, por i) hipotecas da fábrica; ii) propriedades rurais; iii) alienação fiduciária de bens objeto dos financiamentos; iv) aval de acionistas e v) fiança bancária.
- (c) A SPC firmou contrato de de US\$ 150 milhões para financiar a importação de equipamentos para a Unidade de Mucuri, captou também recursos referentes à contratação de duas operações financeiras de financiamento à

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

importação *Export Credit Agency* ("ECA") de equipamentos destinados às instalações da unidade de produção de celulose no Maranhão, no montante total contratado equivalente a US\$ 535 milhões, pelo prazo de até 9,5 anos, com garantia *Finnvera* e *EKN* ("*Export Credit Agency*"). Estes contratos possuem cláusulas definindo a manutenção de determinados níveis de alavancagem, as quais são verificadas e o atendimento é confirmado após 60 e 120 dias do fechamento dos meses de junho e dezembro de cada exercício social, respectivamente. Com relação aos resultados de junho de 2017, a SPC cumpriu todas as cláusulas estabelecidas nos contratos.

- (d) Em setembro, novembro e dezembro de 2017, a SPC por meio de sua controlada Suzano Trading, recomprou os títulos de dívida *Senior Notes* no valor de US\$ 146 milhões, US\$ 309 milhões e US\$ 623 mil, respectivamente, e por intermédio da Suzano Áustria, reabriu as emissões de *Senior Notes* no valor de i) US\$ 200 milhões com vencimento em 14 de julho de 2026, com remuneração ao investidor correspondente a uma taxa de 4,625% ao ano, a serem pagos semestralmente, nos meses de janeiro e julho, e ii) US\$ 200 milhões com vencimento em 16 de março de 2047, com remuneração ao investidor correspondente a uma taxa de 6,300% ao ano, a serem pagos semestralmente nos meses de março e setembro. Em março de 2017, a SPC por intermédio da sua subsidiária Suzano Áustria, emitiu *Senior Notes* no valor de US\$ 300 milhões com vencimento em 16 de março de 2047, cupom com pagamento semestral de 7,00% a.a. e retorno final ao investidor de 7,38% a.a. (Nota explicativa 1.1 a), i), iii) e v)).
- (e) Em maio de 2015, a SPC, através de sua subsidiária Suzano Europa, contratou empréstimo sindicalizado no valor de US\$ 600 milhões com pagamento de juros trimestral e amortização do principal entre maio de 2018 e maio de 2020. Esse empréstimo possui cláusulas definindo a manutenção de determinados níveis de alavancagem, as quais são verificadas e o atendimento é confirmado após 60 e 120 dias do fechamento dos meses de junho e dezembro de cada exercício social, respectivamente. Com relação aos resultados de junho de 2017, a SPC cumpriu com os níveis estabelecidos.

Em determinados contratos de financiamentos da SPC há cláusulas de *covenants* financeiros e não financeiros. As cláusulas de *covenants* financeiros estabelecem determinados níveis máximos de alavancagem expressos, normalmente, pela razão Dívida Líquida/EBITDA (*Earnings Before Income, Taxes, Depreciation and Amortization*), os quais na data dessas demonstrações financeiras a SPC encontra-se adimplente. No caso das cláusulas de *covenants* não financeiros, dispõe essencialmente de nível máximo de cessão de contas a receber, garantias a terceiros e venda de ativos operacionais, os quais também encontram-se adimplentes.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

19.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	14.930.051	12.709
Captações	5.665.635	-
Juros apropriados	949.729	811
Variação cambial	(1.651.688)	-
Liquidação de principal	(4.864.807)	(11.769)
Liquidação de juros	(1.013.126)	(792)
Deságio	(15.236)	-
Amortização de deságio	570	-
Custos de captação	(33.978)	-
Amortização dos custos de captação	46.588	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	14.013.738	959
Captações	2.561.954	-
Juros apropriados	993.781	79
Variação cambial	81.849	-
Liquidação de principal	(4.534.347)	(611)
Liquidação de juros	(1.025.187)	(70)
Ágio	115.165	-
Deságio	(44.718)	-
Amortização de deságio	1.559	-
Amortização de ágio	(1.887)	-
Custos de captação	(18.315)	-
Amortização dos custos de captação	48.621	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	12.192.213	357

19.2 Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários

Natureza	Custo Total	Amortizações	Consolidado	
			Saldo à amortizar	
			31/12/2017	31/12/2016
Senior Notes	81.268	(53.988)	27.280	29.694
NCE	67.845	(44.769)	23.076	33.322
Importação (ECA)	101.811	(75.425)	26.386	38.896
Empréstimo Sindicalizado	20.015	(13.536)	6.479	11.780
Outros	5.574	(3.150)	2.424	1.878
	276.513	(190.868)	85.645	115.570

O custo de captações, quando incorridos em moeda estrangeira, são amortizados nos prazos dos contratos com base na taxa efetiva de juros e na moeda de origem, sendo convertidos para Reais para fins de apresentação.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

19.3 Garantias de empréstimos e financiamentos

Alguns contratos de empréstimo e financiamento possuem cláusulas de garantia dos próprios equipamentos financiados ou outros ativos imobilizados indicados pela SPC (Nota explicativa 15.1).

20. Arrendamento mercantil - consolidado

20.1 Arrendamento mercantil financeiro

A SPC mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro, relacionados a equipamentos utilizados no processo industrial de fabricação de celulose e papel onde a SPC assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade. Alguns contratos são denominados em dólares norte-americanos e possuem cláusulas de opção de compra de tais ativos ao final do prazo do arrendamento, que variam de 5 a 15 anos, por um preço substancialmente inferior ao seu valor justo. A Administração tem a intenção de exercer as opções de compra nas datas previstas em cada contrato.

Os valores contabilizados no ativo imobilizado, líquidos de depreciação, e o valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos) correspondente a esses ativos, estão abaixo demonstrados:

	Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Máquinas e equipamentos	108.160	108.565
(-) Depreciação acumulada	(99.452)	(97.917)
Imobilizado líquido	<u>8.708</u>	<u>10.648</u>
Valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos)		
Menos de um ano	4.632	4.796
Mais de um ano e até cinco anos	15.054	18.836
Total do valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos)	<u>19.686</u>	<u>23.632</u>
Encargos financeiros a serem apropriados no futuro	2.770	5.937
Valor das parcelas obrigatórias ao final dos contratos	<u>22.456</u>	<u>29.569</u>

20.2 Arrendamento mercantil operacional

A SPC mantém contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados à locação de áreas, escritórios, imóveis, veículos, centrais telefônicas e equipamentos de *hardware* e serviço de instalação, cujos contratos foram celebrados em Reais. A Administração não possui a intenção de compra dos ativos ao final do contrato e o prazo dos contratos não são equivalentes à parte substancial da vida útil dos ativos.

Os pagamentos do arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa operacional na demonstração do resultado da SPC.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Descrição	Valor da parcela mensal	Indexador	Vencimento
Escritórios administrativos e depósitos	1 à 1.170	IGP-M e IPCA/IBGE	30/01/2018 a 27/01/2024
Central telefônica e licenças	1 à 149	IGP-DI	30/09/2018

Abaixo a agenda de pagamentos mínimos vincendos:

	<u>31/12/2017</u>
Até um ano	25.555
Mais de um ano e até três anos	19.891
Mais de três anos e até cinco anos	13.938
Total das parcelas vincendas	<u>59.384</u>

20.3 Demais compromissos

A SPC no curso normal de suas operações estabelece contratos e compromissos comerciais a fim de garantir melhores condições operacionais, visando ampliação de seus negócios, sendo os principais apresentados a seguir:

i) Contratos de arrendamento de terras para formação de florestas de eucalipto, cujos prazos podem atingir até 21 anos (3 ciclos de formação florestal) e possuem cláusulas de opção de renovação. Os pagamentos realizados são registrados como custo de formação florestal e registrados na rubrica de ativos biológicos sendo levados ao resultado na exaustão das florestas. As parcelas vincendas na data dessas demonstrações financeiras equivalem a R\$ 1.224.679 no valor atual das parcelas.

ii) Contratos de venda futura de produtos acabados, lastreados em operações de venda de *performance*, registrados no curto prazo. Os valores são reconhecidos inicialmente na rubrica de adiantamento de clientes sendo levados ao resultado na medida em que as operações de entrega destes produtos são efetivadas. Em 31 de dezembro de 2017, o montante registrado na rubrica de adiantamento de clientes era de R\$ 63.201 (31 de dezembro de 2016, o montante era de R\$ 495.918).

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

21. Provisão para contingências

21.1 Movimentação das provisões para contingências

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Reversões	Atualizações monetárias	Liquidação de processos	Saldo em 31/12/2017
SPC consolidado						
Tributárias e previdenciárias	206.365	32.672	(4.738)	42.400	(3.375)	273.324
Trabalhistas	38.430	9.888	(3.720)	9.467	(13.702)	40.363
Cíveis	1.839	1.880	(337)	-	-	3.382
	246.634	44.440	(8.795)	51.867	(17.077)	317.069
Controladora						
Suzano Holding S.A.						
Tributárias	27.383	6.223	-	-	-	33.606
Consolidado	274.017	50.663	(8.795)	51.867	(17.077)	350.675

Os principais processos da SPC e suas controladas são comentados a seguir:

21.2 Processos tributários e previdenciários

Em 31 de dezembro de 2017, a SPC figurava no polo passivo em processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas a diversos tributos, tais como IRPJ/CSLL, PIS, COFINS, IPI, Contribuição Previdenciária, ITR, ICMS, ISS e IPTU, os quais encontram-se provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos assessores jurídicos externos da SPC e pela Administração.

A SPC aderiu ao REFIS – Lei nº 11.941/09, no tocante a alguns processos, no montante atualizado de, aproximadamente, R\$ 13.665, valor esse, a título de principal, que se encontra devidamente provisionado, sendo que os juros e as multas serão pagos mediante utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, os quais os montantes já foram indicados pela SPC à Receita Federal do Brasil e estão aguardando consolidação.

Com a edição da Medida Provisória nº 783/2017, posteriormente, convertida na Lei nº 13.496/2017, em razão dos benefícios de redução de juros, multas e encargos legais, a SPC optou por migrar alguns débitos que estavam abrangidos pelo REFIS – Lei nº 11.941/09, ainda não consolidados, e quitar outros débitos com probabilidade de perda provável, estando provisionados em 31 de dezembro de 2017 os valores dos referidos débitos no montante de R\$ 5.367, já considerando as reduções legais e os valores pagos antecipadamente à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria da Fazenda Nacional, cuja consolidação deverá ocorrer provavelmente no primeiro trimestre de 2018.

21.3 Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2017, a SPC figurava no polo passivo em 3.208 processos de natureza trabalhista.

De maneira geral, os processos trabalhistas da SPC estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a SPC.

21.4 Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2017, a SPC figurava no polo passivo em 405 processos cíveis.

Os processos cíveis estão relacionados, principalmente, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de obrigações contratuais, acidente de trânsito, ações possessórias, ambientais, dentre outras.

21.5 Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2017, a SPC mantinha R\$ 113.613 de depósitos judiciais, sendo R\$ 69.599 referente a processos trabalhistas e R\$ 44.014 referente a processos tributários e previdenciários (31 de dezembro de 2016, o montante era de R\$ 87.097, sendo R\$ 37.663 referente a processos trabalhistas e R\$ 49.434 referente a processos tributários e previdenciários).

21.6 Processos possíveis

A SPC possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificado pela Administração e por seus assessores legais como possível:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Tributários e previdenciários	1.026.950	193.922
Trabalhistas	14.268	38.667
Cíveis	23.666	1.310
	<u>1.064.884</u>	<u>233.899</u>

A SPC é parte no polo passivo em processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, no montante total aproximado de R\$ 1.026.950, para os quais não há provisão constituída. Ressaltamos que deste total, R\$ 810.401 correspondem a um auto de infração de PIS e COFINS, do período de 2007 a 2013, que ainda não foi apreciado pela 1ª instância no âmbito da Receita Federal do Brasil. Os demais processos tributários e previdenciários discutem débitos de diversos tributos, tais como Contribuição Previdenciária, IRPJ, ITR, ICMS, IRRF, PIS e COFINS, em virtude, principalmente, de divergências na interpretação das normas tributárias aplicáveis e informações prestadas em obrigações acessórias.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os processos judiciais envolvendo a Companhia são descritos a seguir:

21.7 Processos tributários

A Companhia figura no polo passivo de um processo judicial, de natureza tributária, no qual é discutida a não-incidência de PIS/COFINS sobre valores recebidos a título de juros sobre capital próprio, o qual encontra-se provisionado no montante de R\$ 33.606, devido a probabilidade de perda ser considerada provável pelos assessores jurídicos externos da Companhia e pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha R\$ 33.606 de depósito judicial relacionado a este processo (31 de dezembro de 2016 o montante era de R\$ 27.383).

22. Passivos atuariais – consolidado

22.1 Planos de benefícios definidos

A SPC assegura o custeio de assistência médica para ex-funcionários que se aposentaram até 2003 (até 1998 para ex-funcionários da Ripasa, atual unidade de Limeira), bem como para seus cônjuges e dependentes até completar a maioridade.

Para outro grupo de ex-funcionários que, excepcionalmente por critério e deliberação da SPC, ou segundo critérios e direitos associados ao cumprimento da legislação pertinente, a SPC assegura o programa de assistência médica.

A SPC oferece o benefício de seguro de vida aos aposentados.

22.2 Principais hipóteses atuariais econômicas e biométricas utilizadas no cálculo

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de desconto - plano médico	5,39% a.a	5,65% a.a.
Taxa de desconto - seguro de vida	5,39% a.a	5,65% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos acima da inflação básica	3,25% a.a	3,00% a.a.
Inflação econômica	4,40% a.a	5,50% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57

Em 31 de dezembro de 2017, a sensibilidade do saldo do passivo atuarial às mudanças nas principais premissas utilizadas, considerando mantidas as demais, é como segue:

	Mudança	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	0,50%	Redução de 5,71%	Aumento de 6,31%
Taxa de crescimento dos custos médicos	0,50%	Aumento de 6,46%	Redução de 5,90%
Mortalidade	1 ano	Aumento de 0,64%	Redução de 0,51%

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

22.3 Movimentação do passivo atuarial

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	263.141
Juros sobre obrigação atuarial	36.856
Ganho atuarial	54.422
Benefícios pagos no exercício	(15.410)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	339.009
Juros sobre obrigação atuarial	38.022
Ganho atuarial	(4.173)
Benefícios pagos no exercício	(21.595)
Saldo final em 30 de dezembro de 2017	351.263

23 Plano de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e a SPC possuem 2 (dois) Planos de remuneração baseados em ações, sendo: i) Plano de opções de ações fantasma com pagamento em moeda corrente; e, ii) Plano de opções de compra de ações preferenciais classe "A" ou alternativamente em moeda corrente.

São elegíveis ao plano determinados executivos, administradores e colaboradores (beneficiários). As condições gerais de aquisição, tais como, preço de exercício, quantidade de ações, carência e de outorga das opções de compra das ações a esses executivos (beneficiários) são definidas em regulamentos específicos segundo diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia e da SPC.

Estes Planos não sofreram alterações em suas características e nos critérios de mensuração desde as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

23.1 Plano de opções de ações fantasmas ou Phantom Stock Options ("PSO")

Determinados executivos e membros chave da Administração da Companhia e da SPC possuem plano de remuneração de longo prazo atrelado ao preço da ação com pagamento em dinheiro.

Ao longo do ano de 2017, a Companhia e a SPC outorgaram os Programas SAR e PLUS 2017 (Share Appreciation Rights) de opções de ações fantasma. Nesse programa, o beneficiário deverá investir 5% do valor total correspondente ao número de opções de ações fantasmas no momento da outorga e 20% após três anos para efetivar a aquisição da opção. Também outorgamos programas de ILP (Incentivo de Longo Prazo) para membros chaves da Companhia e da SPC como forma de retenção destes membros. Nesse programa o beneficiário não faz investimento.

O prazo de carência e de vencimento das opções podem variar de 3 até 5 anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano.

O valor da ação é calculado da média da cotação das ações dos últimos 90 pregões contando-se a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da concessão. As parcelas destes programas serão reajustadas com base na variação da cotação das ações da

Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

SPC (SUZB5) entre a data de concessão e a de pagamento. Nas datas em que não ocorra negociação das ações SUZB5, prevalecerá o valor da última negociação.

As opções de ações fantasmas somente serão devidas caso o beneficiário esteja no quadro de funcionários da Companhia e da SPC na data do pagamento. No caso de rescisão do contrato de trabalho por iniciativa da Companhia ou por iniciativa do beneficiário, antes de completar o prazo de carência, o executivo perde o direito ao recebimento de todos os benefícios, exceto quando estabelecido de outra forma em contratos.

Ressaltamos que a partir de 10 de novembro de 2017 a SPC migrou suas ações Preferenciais Classe "A" (SUZB5) para ações Ordinárias (SUZB3).

	Companhia	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
	<u>Ações (Nº)</u>	<u>Ações (Nº)</u>
Disponíveis no início do exercício	223.941	475.563
Outorgadas durante o exercício	91.480	112.167
Transferência entre empresas	-	(32.061)
Exercidas ^(a)	(92.658)	(152.286)
Exercidas por demissão ^(a)	-	(179.442)
Disponíveis no final do exercício	222.763	223.941

a) Para as ações exercidas e exercidas por demissão, o preço médio em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram de R\$ 19,84 e R\$ 11,07, respectivamente.

	SPC	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
	<u>Ações (Nº)</u>	<u>Ações (Nº)</u>
Disponíveis no início do exercício	3.048.991	3.570.103
Outorgadas durante o exercício	3.035.488	1.092.921
Transferência entre empresas	-	32.061,00
Exercidas ^(a)	(695.532)	(1.144.900)
Exercidas por demissão ^(a)	(161.270)	(138.896)
Abandonadas / prescritas por demissão	(172.158)	(362.298)
Disponíveis no final do exercício	5.055.519	3.048.991

b) Para as ações exercidas e exercidas por demissão, o preço médio em 31 de dezembro 2017 e de 2016, foram de R\$ 19,84 e R\$ 10,63, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2017, os planos de opções de ações fantasma em aberto estão abaixo apresentados:

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Companhia - 31/12/2017

Programa	Data de Outorga	2a. Carência	Preço Justo na Outorga	Disponíveis no Fim do Período
SAR 2014	01/04/2014	01/04/2019	R\$ 8,93	-
SAR 2015	01/04/2015	01/04/2020	R\$ 11,69	73.154
SAR 2016	01/04/2016	01/04/2021	R\$ 15,96	58.129
SAR 2017	03/04/2017	03/04/2020	R\$ 13,30	91.480
Total:				222.763

SPC - 31/12/2017

Programa	Data de Outorga	2a. Carência	Preço Justo na Outorga	Disponíveis no Fim do Período
ILP 2012	01/03/2012	01/03/2018	R\$ 7,49	13.426
SAR 2014	01/04/2014	01/04/2019	R\$ 8,93	-
Diferimento 2014	01/03/2015	01/03/2018	R\$ 10,80	208.727
Diferimento 2014	01/03/2015	01/03/2019	R\$ 10,80	208.727
SAR 2015	01/04/2015	01/04/2020	R\$ 11,69	594.239
SAR 2015 - Setembro	01/09/2015	01/09/2020	R\$ 15,99	4.340
ILP 2015	01/09/2015	01/09/2021	R\$ 15,99	25.016
Diferimento 2015	01/03/2016	01/03/2019	R\$ 16,93	76.992
Diferimento 2015	01/03/2016	01/03/2020	R\$ 16,93	76.992
SAR 2016	01/04/2016	01/04/2021	R\$ 15,96	611.713
PLUS 2016	01/04/2016	01/04/2021	R\$ 15,96	204.673
SAR 2016 - Outubro	03/10/2016	03/10/2021	R\$ 11,03	8.934
SAR 2017	03/04/2017	03/04/2022	R\$ 13,30	1.019.186
PLUS 2017	03/04/2017	03/04/2022	R\$ 13,30	255.627
ILP 2017 - 36	03/04/2017	03/04/2020	R\$ 13,30	406.016
ILP 2017 - 48	03/04/2017	03/04/2021	R\$ 13,30	406.016
ILP 2017 - 60	03/04/2017	03/04/2022	R\$ 13,30	406.016
ILP 2017 - H	04/04/2017	04/04/2022	R\$ 13,30	11.278
ILP 2017 - CAB	01/05/2017	01/05/2020	R\$ 13,30	307.141
ILP 2017 - 36 Out	02/10/2017	02/10/2020	R\$ 15,87	126.444
ILP 2017 - 48 Out	02/10/2017	02/10/2021	R\$ 15,87	42.008
ILP 2017 - 60 Out	02/10/2017	02/10/2022	R\$ 15,87	42.008
TOTAL				5.055.519

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

23.2 Plano de opções de compra de ações preferenciais classe “A” ou alternativamente em moeda corrente

As opções outorgadas não poderão ultrapassar 2% do total de ações do capital social integralizado e subscrito da SPC, assim como deverão ser provenientes: i) emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da SPC; e/ou, ii) de ações mantidas em tesouraria.

O Programa III, outorgado pela SPC, concede aos beneficiários o direito de comprar ações da SPC por um preço pré-definido desde que as metas relacionadas a: i) Valorização das Ações da SPC; ii) relação dívida líquida / EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization); e, iii) ROIC (Return Over Invested Capital) sejam atingidas. A superação destas metas também tem o efeito de redução do período de carência em 12 meses.

Durante o período de carência para exercício das opções, é vedada ao beneficiário a alienação ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre essas opções.

Controladora e Consolidado
31/12/2017

Programa	Séries outorgadas	Data de outorga	1º data exercício	2º data exercício e expiração	Preço Na data de outorga	Quantidade de ações				
						Outorgadas	Exercidas	Não exercida por demissão	Expiradas	Total em vigor em 31/12/2017
Programa 3	Série I	18/01/2013	18/01/2015	18/04/2015	3,53	1.800.000	1.800.000	-	-	-
	Série II	18/01/2013	18/01/2016	18/04/2016	3,71	1.800.000	1.800.000	-	-	-
	Série III	18/01/2013	18/01/2018	18/04/2018	3,91	1.800.000	1.800.000	-	-	-
	Série IV	18/01/2013	18/01/2019	18/04/2019	3,96	1.800.000	1.800.000	-	-	-
	Série V	18/01/2013	18/01/2020	18/04/2020	3,99	1.800.000	-	-	-	1.800.000
Total						9.000.000	7.200.000	-	-	1.800.000

Em 31 de dezembro de 2017, 13.842.004 ações ordinárias em tesouraria da SPC servem de lastro às opções outorgadas do Plano.

23.3 Premissas de mensuração

O Plano de opções de ações fantasma, por ser liquidado em caixa, o valor justo das opções é remensurado ao término de cada período com base no Método Monte Carlo - MMC, sendo este multiplicado pelo TSR (*Total Shareholder Return*) observado no período (o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB5 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil).

O Plano de opções de ações preferenciais classe “A” do Programa III, o valor justo foi estimado com base no modelo probabilístico binomial, o qual considera a taxa de distribuição de dividendos e as seguintes premissas:

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

24. Compromissos com aquisição de ativos – consolidado

24.1 Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”)

Em 31 de dezembro de 2017, os compromissos da SPC relacionados à aquisição de terrenos, fazendas, reflorestamento e casas em construção no Maranhão totalizaram o montante de R\$ 102.059 no consolidado, apresentados na rubrica de compromissos com aquisição de ativos no passivo circulante e não circulante (31 de dezembro de 2016, o montante era de R\$ 159.457).

24.2 Aquisição do Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações (“VFFIP”)

Adquirido em agosto de 2014 pela SPC, com vencimento em agosto de 2024 e agosto de 2029 pelo montante de R\$ 528.941, mediante sinal de R\$ 44.998 e o saldo remanescente, parte atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) e parte atualizado pela variação cambial do Dólar, acrescentado cupom médio de 5,07 % a.a.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo remanescente atualizado é de R\$ 483.927, no consolidado, apresentado na rubrica de Compromissos com aquisição de ativos no passivo circulante e não circulante, (31 de dezembro de 2016, o montante era de R\$ 535.398).

25. Patrimônio líquido

25.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Companhia era de R\$ 1.975.670, integralmente realizado e dividido em 172.927.303 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 75.034.146 ações ordinárias com direito a voto, 68.572.827 ações preferenciais de classe A e 29.320.330 ações preferenciais de classe B sem direito a voto.

25.2 Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo de 10% superior ao das ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apurou lucro líquido e registrou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 128.770, que foram propostos e aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2017, sendo a primeira parcela de R\$ 95.013 paga em 11 de maio de 2017 e o saldo de R\$ 33.758 pago em 04 de dezembro de 2017.

Em 27 de novembro de 2017 a Companhia aprovou na Reunião do Conselho de Administração juros sobre capital próprio no montante de R\$ 16.079, pago integralmente em 12 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Dividendos propostos no exercício

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	584.276	542.191
Reserva legal	(29.214)	(27.110)
Reserva de incentivos fiscais reflexa	<u>(66.186)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido ajustado	<u>488.876</u>	<u>515.081</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	122.219	128.770
Juros sobre capital próprio pago líquido do IR	<u>(13.667)</u>	<u>-</u>
	<u>108.552</u>	<u>128.770</u>

25.3 Reservas

i. Reservas de lucros

O estatuto social da Companhia estabelece a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de 90% do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O saldo remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital.

ii. Reserva de Incentivos Fiscais Reflexa

A Reserva de Incentivos Fiscais Reflexa se refere às subvenções governamentais concedidas à SPC, na forma de incentivos fiscais, reconhecidas de maneira reflexa pela Companhia na proporção de sua participação no Capital Social da controlada.

iii. Reserva de capital

A Reserva de capital é composta pelos saldos das reservas de incentivos fiscais, anterior a lei 11.638/07, e ganhos de variação de participação em controlada.

25.4 Ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

i. Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia registrou nesta rubrica do balanço as contrapartidas dos ajustes do custo atribuído quando da adoção das IFRS em 1º de janeiro de 2009 na SPC. A movimentação desta rubrica ocorre pela realização dos itens do imobilizado, bem como, demais contrapartidas decorrentes da aplicação das IFRS. Adicionalmente, nesta rubrica são registradas as variações cambiais de controladas no exterior, o ganho (perda) com a atualização dos passivos atuariais e o resultado com a conversão das debêntures da 5ª emissão em ações com Partes Relacionadas, líquidos do imposto de renda e contribuições sociais diferidos da SPC.

Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)****25.5 Lucro por ação****Básico**

O lucro básico por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício.

	31/12/2017			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	239.938	241.204	103.134	584.276
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no exercício (mil)	75.034	68.573	29.320	172.927
Lucro básico por ação	<u>3,19772</u>	<u>3,51749</u>	<u>3,51749</u>	

	31/12/2016			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Lucro atribuível aos acionistas controladores	218.282	226.894	97.015	542.191
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no exercício (mil)	72.567	68.573	29.320	170.460
Lucro básico por ação	<u>3,00800</u>	<u>3,30880</u>	<u>3,30880</u>	

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado no pressuposto da conversão de todas as opções de compra de ações ordinárias da SPC, que provocariam reflexos no lucro atribuível à Companhia.

	31/12/2017			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	239.630	240.894	103.002	583.526
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no exercício (mil)	75.034	68.573	29.320	172.927
Lucro básico por ação	<u>3,19361</u>	<u>3,51297</u>	<u>3,51297</u>	

	31/12/2016			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Lucro atribuível aos acionistas controladores	217.823	226.416	96.811	541.051
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no exercício (mil)	72.567	68.573	29.320	170.460
Lucro básico por ação	<u>3,00167</u>	<u>3,30184</u>	<u>3,30184</u>	

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Rendimento de aplicações financeiras	289.413	343.854	3.052	9.947
Receitas financeiras com avais e fianças concedidas	-	-	1.887	3.262
Outras receitas financeiras	20.011	28.452	223	197
Total das receitas financeiras	309.424	372.306	5.162	13.406
Despesas de juros com empréstimos	(1.034.177)	(991.796)	(78)	(813)
Outras despesas de juros	(108.410)	(101.574)	-	-
Outras despesas financeiras	(74.273)	(74.389)	(192)	(202)
Total das despesas financeiras	(1.216.860)	(1.167.759)	(270)	(1.015)
Variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	(163.418)	1.619.202	-	-
Variações monetárias e cambiais sobre outros ativos e passivos	(15.995)	(251.921)	-	-
Variação monetária e cambial, líquida	(179.413)	1.367.281	-	-
Resultado de operações com derivativos	73.271	528.839	-	-
Receitas financeiras	382.695	2.268.426	5.162	13.406
Despesas financeiras	(1.396.273)	(1.167.759)	(270)	(1.015)
Resultado financeiro líquido	(1.013.578)	1.100.667	4.892	12.391

27. Receita líquida – consolidado

	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta de vendas	11.700.632	11.056.801
Deduções		
Impostos sobre vendas (a)	(1.115.238)	(1.087.711)
Ajuste ao valor presente	(7.596)	-
Devoluções e cancelamentos	(50.199)	(76.654)
Descontos e abatimentos	(6.589)	(9.807)
Receita Líquida	10.521.010	9.882.629

(a) Inclui o montante relativo 2,5% sobre a receita bruta das vendas no mercado interno, referente a contribuição social ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, conforme estabelece a Lei 12.546/11, artigo 8º, Anexo I e suas respectivas alterações.

Abaixo demonstramos a abertura da receita líquida consolidada e sua respectiva segmentação no mercado interno e externo, com abertura por países onde as vendas no mercado externo são mais relevantes:

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	31/12/2017		31/12/2016	
	Receita Líquida	% Total Receita Líquida	Receita Líquida	% Total Receita Líquida
Mercado interno	3.187.379	30%	3.324.615	34%
Mercado externo	7.333.631	70%	6.558.014	66%
China	1.786.629	17%	1.279.134	13%
Estados Unidos	1.392.159	13%	1.359.651	14%
Hong Kong	1.230.631	12%	1.001.465	10%
França	475.442	5%	479.386	5%
Alemanha	441.506	4%	377.619	4%
Itália	378.874	4%	611.150	6%
Canadá	310.726	3%	74.830	1%
Espanha	246.184	2%	129.128	1%
Turquia	197.880	2%	144.031	1%
Reino Unido	195.828	2%	184.804	2%
Países Baixos	178.647	2%	241.008	2%
Argentina	160.207	2%	158.425	2%
Peru	128.083	1%	101.807	1%
Demais Países	210.835	2%	415.576	4%
Total receita líquida	10.521.010	100%	9.882.629	100%

28. Informação por segmento e áreas geográficas – consolidado**28.1 Critérios de identificação dos segmentos operacionais**

A Companhia e suas controladas avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio através do resultado operacional. As informações apresentadas nas colunas “Não Segmentado” referem-se a itens da demonstração de resultado e do balanço patrimonial não diretamente atribuíveis aos segmentos de papel, celulose e imobiliário como, por exemplo, resultado financeiro líquido e despesas com imposto de renda e contribuição social, além de itens de classificação patrimonial do ativo e passivo.

Os segmentos operacionais definidos pela Administração são demonstrados abaixo:

- i) Celulose: abrange as atividades de produção e comercialização de celulose de mercado de fibra curta de eucalipto e *fluff* para abastecimento essencialmente das demandas do mercado externo, com excedente sendo destinado ao mercado doméstico.
- ii) Papel: abrange as atividades de produção e comercialização de papel para atendimento das demandas do mercado doméstico e mercado externo.
- iii) Imobiliário: Incorporadora e administradora de imóveis.

Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)****28.2 Informações dos segmentos operacionais**

	31/12/2017				
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado	Total
Receita líquida	6.891.589	3.629.201	220	-	10.521.010
Mercado interno	620.415	2.566.744	220	-	3.187.379
Mercado externo	6.271.174	1.062.457	-	-	7.333.631
Ásia	2.976.504	32.950	-	-	3.009.454
Europa	2.237.162	139.572	-	-	2.376.734
América do Norte	966.789	255.086	-	-	1.221.875
América do Sul e Central	90.719	608.445	-	-	699.164
África	-	26.404	-	-	26.404
Custo dos produtos vendidos	(3.906.088)	(2.543.380)	(2.084)	-	(6.451.552)
Lucro bruto	2.985.501	1.085.821	(1.864)	-	4.069.458
Margem Bruta (%)	43,3%	29,9%	-847,3%	-	38,7%
Despesas (receitas) operacionais	(104.985)	(756.949)	(568)	36.422	(826.080)
Despesas com vendas	(163.879)	(266.946)	-	-	(430.825)
Despesas gerais e administrativas	(185.141)	(343.833)	(544)	-	(529.518)
Outras receitas (despesas) operacionais	244.035	(152.042)	(24)	36.422	128.391
Equivalência patrimonial	-	5.872	-	-	5.872
Resultado Operacional (EBIT)	2.880.516	328.872	(2.432)	36.422	3.243.378
Margem operacional (%)	41,8%	9,1%	-1105,5%	-	30,8%
Resultado financeiro líquido	-	-	-	(1.013.578)	(1.013.578)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.880.516	328.872	(2.432)	(977.156)	2.229.800
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	(446.913)	(446.913)
Lucro líquido do exercício	2.880.516	328.872	(2.432)	(1.424.069)	1.782.887
Margem do lucro do exercício (%)	41,8%	9,1%	-1105,5%	-	16,9%
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	-	1.198.611
Lucro atribuído aos acionistas controladores	-	-	-	-	584.276
Depreciação, exaustão e amortização	1.007.280	395.498	9	64	1.402.851
Total do ativo (a)	18.866.359	6.371.633	8.278	3.399.527	28.645.797
Total do passivo (a)	637.451	643.594	360	15.731.296	17.012.701
Patrimônio líquido dos acionistas controladores (a)	-	-	-	3.940.242	3.940.242
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores (a)	-	-	-	7.689.516	7.689.516
Total do patrimônio líquido (a)	-	-	-	11.629.758	11.629.758
Venda de produtos (em toneladas)	3.614.865	1.180.465	-	-	4.795.330
Mercado externo	3.240.992	374.232	-	-	3.615.224
Mercado interno	373.873	806.233	-	-	1.180.106

Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

	31/12/2016				Total
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado	
Receita líquida	6.141.891	3.740.422	316	-	9.882.629
Mercado interno	706.488	2.617.811	316	-	3.324.615
Mercado externo	5.435.403	1.122.611	-	-	6.558.014
Ásia	2.502.344	32.054	-	-	2.534.398
Europa	1.957.569	143.036	-	-	2.100.605
América do Norte	898.442	327.718	-	-	1.226.160
América do Sul e Central	71.725	568.253	-	-	639.978
África	5.323	51.550	-	-	56.873
Custo dos produtos vendidos	(4.077.292)	(2.494.330)	(1.488)	-	(6.573.110)
Lucro bruto	2.064.599	1.246.092	(1.172)	-	3.309.519
Margem Bruta (%)	33,6%	33,3%	-370,9%	-	33,5%
Despesas (receitas) operacionais	(1.347.490)	(646.108)	(851)	(4.299)	(1.998.748)
Despesas com vendas	(177.098)	(231.712)	-	-	(408.810)
Despesas gerais e administrativas	(149.485)	(277.615)	(1.645)	-	(428.745)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.020.907)	(129.654)	794	(4.299)	(1.154.066)
Equivalência patrimonial	-	(7.127)	-	-	(7.127)
Resultado Operacional (EBIT)	717.109	599.984	(2.023)	(4.299)	1.310.771
Margem operacional (%)	11,7%	16,0%	-640,2%	-	13,3%
Resultado financeiro líquido	-	-	-	1.100.667	1.100.667
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	717.109	599.984	(2.023)	1.096.368	2.411.438
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	(728.983)	(728.983)
Lucro líquido do exercício	717.109	599.984	(2.023)	367.385	1.682.455
Margem do lucro do exercício (%)	11,7%	16,0%	-640,2%	-	17,0%
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	1.140.264	1.140.264
Lucro atribuído aos acionistas controladores	717.109	599.984	(2.023)	(772.879)	542.191
Depreciação, exaustão e amortização	1.006.222	397.296	6	68	1.403.592
Total do ativo (a)	17.765.172	6.830.676	9.657	4.897.112	29.502.617
Total do passivo (a)	815.332	704.409	346	17.791.581	19.311.668
Patrimônio líquido dos acionistas controladores (a)	-	-	-	3.467.541	3.467.541
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores (a)	-	-	-	6.723.408	6.723.408
Total do patrimônio líquido (a)	-	-	-	10.190.949	10.190.949
Venda de produtos (em toneladas)	3.530.116	1.195.601	-	-	4.725.717
Mercado externo	3.117.486	361.996	-	-	3.479.482
Mercado interno	412.630	833.605	-	-	1.246.235

(a) A SPC avalia por segmentos operacionais apenas ativos e passivos que compõem a mensuração do *Return on Invested Capital* ("ROIC"), uma vez que este é utilizado no processo de tomada de decisão.

Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)****29. Despesas por natureza**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Custo do Produto Vendido				
Gastos com pessoal	(546.901)	(508.040)	-	-
Custo variável	(2.994.349)	(2.907.344)	-	-
Custos logísticos	(963.379)	(944.119)	-	-
Depreciação, exaustão e amortização	(1.367.865)	(1.373.364)	-	-
Demais custos	(579.058)	(840.243)	-	-
	(6.451.552)	(6.573.110)	-	-
Despesas Comerciais				
Gastos com pessoal	(106.083)	(111.022)	-	-
Serviços	(45.593)	(39.854)	-	-
Despesas com logística	(220.944)	(198.973)	-	-
Depreciação e amortização	(3.547)	(3.439)	-	-
Outras despesas (a)	(54.658)	(55.522)	-	-
	(430.825)	(408.810)	-	-
Despesas Administrativas				
Gastos com pessoal	(312.934)	(237.795)	(3.915)	(3.753)
Serviços	(106.468)	(86.889)	(928)	(1.241)
Depreciação e amortização	(31.440)	(26.790)	(65)	(66)
Outras despesas (b)	(84.908)	(81.820)	(699)	(887)
	(535.750)	(433.294)	(5.607)	(5.947)
Outras (despesas) receitas operacionais				
Resultado na venda de outros produtos	4.765	13.952	-	-
Resultado na venda de ativo imobilizado e biológicos	29.005	9.767	-	-
Provisão para perda e baixa de imobilizado e biológicos (c)	(66.707)	(124.108)	-	-
Provisão para perda de terras ("impairment")	-	(192.538)	-	-
Amortização do ativo intangível	(8.303)	(15.136)	-	-
Resultado na atualização do valor justo do ativo biológico (d)	192.504	(780.666)	-	-
Baixa parcial do ativo intangível	(18.845)	(78.799)	-	-
Recuperação de tributos	5.613	15.672	-	-
Recebimento de royalties	2.603	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(6.012)	2.339	(5.863)	250
	134.623	(1.149.517)	(5.863)	250
	(7.283.504)	(8.564.731)	(11.470)	(5.697)

(a) Inclui despesas com perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, seguros, materiais de uso e consumo, viagem, estadia, feiras e eventos.

(b) Inclui despesas corporativas, seguros, materiais de uso e consumo, projetos sociais e doações, despesas com viagem e estadia.

(c) O montante refere-se a R\$ 49.338 de baixas relacionadas a perdas e sinistros com ativos biológicos, R\$ 17.369 com ativos imobilizados e R\$ 2.846 reversão de provisão de baixa de ativo biológico da SPC.

(d) Nota explicativa 13.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

30. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir possíveis riscos de responsabilidade, perdas materiais e lucros cessantes. O limite máximo de indenização para os ativos materiais é de R\$ 5.320.000, para responsabilidade civil de Administradores e Diretores (D&O), a importância segurada é de R\$ 220.000 e, para responsabilidade civil e geral, a importância segurada é de R\$ 20.000.

As florestas de eucalipto não estão cobertas por apólices de seguros devido as particularidades deste ativo. A SPC realiza o monitoramento constante através de torres de observação estrategicamente posicionadas, com utilização de sistemas de alarmes de incêndios e brigadas de incêndio treinadas para prevenir e combater estes riscos nas áreas florestais.

31. Informações complementares dos fluxos de caixa - consolidado

Pagamentos efetuados durante o exercício e transações que não afetam o caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Compensações de outros impostos a pagar	(363.614)	(413.053)
Adições ao imobilizado pela transferência de estoques sobressalentes	4.434	32.593
Baixa do imobilizado pela disponibilização para venda de estoques	(11.535)	-
Baixa do imobilizado pela transferência de ativo intangível	(8.705)	(27.577)
Ganho (perda) com passivo atuarial	4.173	(54.422)
Variação cambial sobre investidas	38.006	(45.720)
Reversão de dividendos prescritos	29	26
Dividendos propostos	(396.667)	(821.031)

32. Avais e fianças

As garantias assumidas pela Companhia junto às partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, eram as seguintes:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Suzano Papel e Celulose S.A.(1)		
BNDES	-	83.419
FNE - BNB	173.500	219.458
	<u>173.500</u>	<u>302.877</u>

1) Prestados como garantia de empréstimos junto ao Banco do Nordeste do Brasil, utilizados nas aquisições de máquinas e equipamentos e financiamentos de programas florestais, com vencimentos até 31 de outubro de 2024;

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia reconheceu como receita financeira o montante de R\$ 1.887 (31 de dezembro de 2016 o montante foi de R\$ 3.262) referente à concessão das referidas garantias.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

33. Eventos subsequentes

Eventos subsequentes da SPC:

Aquisição FACEPA – Aprovação pelo CADE

Em 19 de Janeiro de 2018, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE) aprovou sem restrições a compra de cerca de 92,84% do capital social total da fábrica da FACEPA pela SPC, conforme mencionado na Nota explicativa 1.1 b) i). A conclusão da aquisição ainda está sujeita a outras condições contratuais.

Em 01 de março de 2018 a SPC, em continuidade ao Fato Relevante publicado pela SPC em 04 de dezembro de 2017, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, tendo sido implementadas as condições precedentes e obtidas as aprovações das autoridades governamentais competentes, foi concluída, nesta data, a aquisição, direta e indireta, de, aproximadamente, 92,84% do capital social total e 99,99% do capital social ordinário da FACEPA - Fábrica de Papel da Amazônia S.A. ("FACEPA").

Aquisição de terras e florestas no Estado de São Paulo

Em 05 de fevereiro de 2018, a SPC assinou Contrato de Compra e Venda de Ativos Florestais, de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis Rurais, de Opção de Compra e Outras Avenças, com Cláusula Suspensiva com a Duratex S.A. ("Duratex"), por si ou por intermédio de suas afiliadas, por meio do qual:

(i) adquiriu cerca de 9.500 (nove mil e quinhentos) hectares de áreas rurais e 1.200.000 m³ (um milhão e duzentos mil metros cúbicos) de florestas, que reflete o potencial de produção das florestas existentes e já implantadas nas áreas adquiridas, na região central do estado de São Paulo, pelo preço de R\$ 308,1 milhões; e (ii) adquiriu uma opção de compra de cerca de 20.000 (vinte mil) hectares de áreas rurais nessa mesma região e 5.600.000 m³ (cinco milhões e seiscentos mil metros cúbicos) de florestas, que reflete o potencial de produção das florestas existentes e já implantadas nas áreas objeto da opção, pelo preço de R\$ 749,4 milhões, opção esta que pode ser exercida a exclusivo critério da SPC até 02 de julho de 2018.

A conclusão desta operação está sujeita a determinadas condições usuais para este tipo de operação, inclusive a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Aliada à sólida base florestal da SPC na região central do estado de São Paulo, onde a SPC já conta com cerca de 61.000 (sessenta e um mil) hectares, esta operação gera otimização de sua base, com redução do raio médio para a unidade industrial de Limeira, além de gerar à SPC a opcionalidade de um potencial projeto de expansão de produção de celulose no Estado de São Paulo.

Operação financeira de pré-pagamento de exportação

Em 08 de fevereiro de 2018, a SPC em continuidade ao seu programa de gestão de passivos, foi contratada nesta data, pela Suzano Pulp and Paper Europe S.A., subsidiária integral da SPC, uma operação financeira de pré-pagamento de exportação, estruturada na forma sindicalizada, no valor de US\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares americanos), com prazo total de 05 (cinco) anos e 03 (três) anos de carência, tendo a SPC e a Suzano Trading Ltd., também subsidiária da SPC, como garantidoras da operação.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os recursos obtidos serão utilizados para a liquidação da operação financeira de pré-pagamento de exportação contratada em 14 de maio de 2015 no valor de US\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de dólares americanos), bem como para o financiamento de operações de exportação. A nova operação traz a redução do custo em dólares, o alongamento do prazo médio da dívida, além de eliminar os covenants financeiros, reiterando, assim, o compromisso da SPC pela busca constante de oportunidades e estruturas com custos adequados ao seu posicionamento de mercado.

Contrato de Compra e Venda da totalidade das ações de emissão da Mucuri Energética S.A.

Em 19 de fevereiro de 2018, a SPC, em continuidade ao Fato Relevante publicado pela SPC em 26 de outubro de 2016, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que, uma vez que foram implementadas as condições precedentes e obtida as aprovações das autoridade governamentais competentes, foi concluída, nesta data, a operação com a Queiroz Galvão Energia S.A. com a aquisição da totalidade das ações de emissão da Mucuri Energética S.A., que detém uma pequena central hidrelétrica localizada nos municípios de Carlos Chagas e Pavão.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Suzano Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Suzano Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Suzano Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suzano Holding S.A. e da Suzano Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Valor justo dos ativos biológicos (Nota Explicativa 13)

Os ativos biológicos da controlada Suzano Papel e Celulose S.A. ("Controlada") são mensurados ao valor justo, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado. Esse método faz uso de premissas significativas que envolvem julgamento por parte da administração, incluindo taxa de crescimento médio das florestas, custos de transporte e principalmente o preço de madeira em diferentes regiões, incluindo naquelas onde não há mercado suficientemente ativo ou fonte de preços verificáveis.

Adicionalmente, consistente com a indústria, esse cálculo envolve informações com grande nível de detalhes, uma vez que existem várias áreas de plantio, em diferentes etapas de crescimento, acumuladas nos sistemas de gestão e controle de florestas, que depois de coletadas, são consolidadas em planilhas eletrônicas.

Essa é uma área de atenção de nossa auditoria, considerando o risco associado às características descritas no parágrafo anterior, bem como o risco inerente na mensuração e reconhecimento desses ativos, cujos julgamentos e estimativas da Administração podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício, individual e consolidado, da Companhia.

Tributos diferidos (Nota explicativa 12)

A Companhia e suas controladas têm registrado, em 31 de dezembro de 2017, valores relevantes de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos. Esses tributos diferidos são decorrentes de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis e prejuízos fiscais. A movimentação desses valores depende de controles manuais, envolvendo bases diversas, com formação em diversos anos anteriores.

A relevância desses valores, a sua formação histórica, os controles manuais, em conjunto com o fato de ser esse o nosso primeiro ano de auditoria, nos leva a tratar essa área como de nossa atenção nesse primeiro ano de auditoria.

Provisão para contingências (Nota explicativa 21)

A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais e administrativos, de natureza tributária, previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas operações. Especialmente no caso daqueles de natureza tributária, eles são, relativos a créditos tributários e autos de infração, entre outros. A administração, com o apoio de seus consultores tributários internos e externos, estima os possíveis desfechos para esses diversos assuntos e provisiona aqueles considerados de perda provável e divulga aqueles considerados como de perda possível.

A determinação das chances de perda, e mesmo dos valores objeto da disputa, envolvem julgamento da administração da Companhia e de suas controladas, considerando aspectos subjetivos e evoluções jurisprudenciais, que podem mudar ao longo do processo. Não está sob o seu controle quando haverá uma decisão final bem como o desfecho das ações. Com isso, o desfecho, quando ocorrer, e os valores envolvidos definitivos, podem ser diferentes daqueles considerados para provisão ou divulgação e, por essa razão, entendemos que essa é uma área que mereceu especial atenção da auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar esses ativos, bem como o método de avaliação ao valor justo e premissas utilizadas no correspondente cálculo.

Envolvemos nossos especialistas da área de valorização de ativos biológicos, que nos apoiaram na análise dos cálculos e das premissas utilizadas. Também avaliamos a consistência desses cálculos e premissas com o exercício anterior.

Especialmente no que se refere a preços de madeira em regiões onde não havia mercado ativo, avaliamos a razoabilidade das estimativas e critérios adotados pela administração.

Avaliamos se as informações divulgadas nas notas explicativas estavam consistentes com os requisitos da norma contábil e com as premissas utilizadas nos cálculos.

Da aplicação dos procedimentos acima, observamos um aumento na importância do julgamento da administração, especialmente pela falta de informações em determinadas regiões com atuação praticamente exclusiva da Controlada na negociação e compra de madeira. Também observamos a utilização de preços brutos de madeira, suportada em avaliação da administração e aplicada de maneira consistente com o último exercício.

Efetuamos, entre outros procedimentos, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração da Companhia e de suas controladas para identificar e determinar os valores das diferenças temporárias e sua realização e os saldos dos tributos diferidos, especialmente os controles auxiliares que os suportam.

Efetuamos o entendimento da natureza dessas diferenças temporárias e, para as mais relevantes, testamos a razoabilidade de sua formação histórica.

Com o apoio de nossos especialistas tributários, efetuamos testes sobre os cálculos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, avaliando questões tais como alíquotas, benefícios fiscais, adições e exclusões e questionamentos fiscais recentes.

Também avaliamos se as divulgações incluídas nas demonstrações financeiras estão alinhadas com os requisitos das normas contábeis relevantes.

Da aplicação dos procedimentos de auditoria descritos acima, obtivemos evidências que demonstram que a apuração e apresentação dos referidos tributos estão consistentes com o nosso entendimento, e suportados pelos controles auxiliares, quando aplicável.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para identificar e avaliar essas contingências.

Em conjunto com os nossos especialistas da área tributária entendemos o objeto das principais contingências e processos em andamento, obtivemos a documentação suporte da avaliação da administração da Companhia e de suas controladas, incluindo a determinação de valores e opinião de especialistas externos contratados pela Companhia e suas controladas e avaliamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da Administração.

Solicitamos e obtivemos confirmação direta dos consultores jurídicos responsáveis pelos processos nas esferas administrativa e judicial.

Testamos, por amostragem, os cálculos dos valores utilizados para o provisionamento e ou divulgação e avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as normas contábeis relevantes e documentação suporte.

Observamos que as conclusões da administração e a documentação suporte, incluindo as posições dos assessores internos e externos, estão consistentes entre si e com o nosso entendimento sobre os objetos das disputas, e com as divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Manutenção de controle na Suzano Papel e Celulose S.A. ("Controlada") (Nota explicativa 1.1 (b))

Conforme mencionado na Nota 14, o investimento na Controlada é relevante para a Companhia, representando 95% do total dos seus ativos em 31 de dezembro de 2017. Em setembro de 2017, a Controlada migrou suas ações para o Novo Mercado da B3, convertendo a totalidade de suas ações preferenciais em ordinárias. Com isso, a Companhia, que anteriormente detinha 99,99% do capital votante dessa investida, por meio de ações ordinárias, passou a deter 33,66% do capital votante.

Essa é uma área de atenção de nossa auditoria, considerando que a administração da Companhia exerceu seu julgamento na avaliação da manutenção do controle sobre a referida Controlada, à luz da celebração do "Acordo de Voto" por alguns dos acionistas, membros da Família Feffer, controladores da Companhia, os quais também detém, diretamente, ações da Controlada.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a discussão com a administração da Companhia e seus assessores societários internos e externos sobre os impactos da migração da Controlada para o Novo Mercado, bem como a leitura e o entendimento do acordo de acionistas e demais documentos relacionados, e a revisão das atas de reunião do Conselho de Administração da Controlada e da Companhia.

Discutimos com a Administração sobre a manutenção do tratamento contábil de controlada para o investimento mantido na Suzano Papel e Celulose S.A., considerando os referidos atos e documentos societários, incluindo acordo de acionistas, e analisamos as divulgações relacionadas ao tema.

Como resultado desses procedimentos, obtivemos evidências que suportam a conclusão da administração sobre a manutenção do controle da investida.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 8 de março de 2017, sem ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 6 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Tadeu Cendón Ferreira

Contador CRC 1SP188352/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Suzano Holding S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinou:

- a) o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e respectivas Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes - PWC, apresentado sem ressalvas, datado de 06 de março de 2018; e
- b) a proposta de destinação do lucro líquido de R\$ 584.275.895,77, apurado pela Companhia no exercício de 2017.

Com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal concluiu que referidos documentos estão em condições de serem aprovados pelos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 06 de março de 2018.

RICARDO SCALZO

Presidente

JOSÉ CARLOS GARBES

Vice-Presidente

HERALDO GILBERTO DE OLIVEIRA

Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Suzano Holding S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 9º andar (parte), Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.651.809/0001-05 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 06 de março de 2018.

DAVID FEFFER

Diretor Presidente

CLAUDIO THOMAZ LOBO SONDER

Diretor Vice-Presidente Executivo

ORLANDO DE SOUZA DIAS

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Suzano Holding S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 9º andar (parte), Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.651.809/0001-05 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 06 de março de 2018.

DAVID FEFFER

Diretor Presidente

CLAUDIO THOMAZ LOBO SONDER

Diretor Vice-Presidente Executivo

ORLANDO DE SOUZA DIAS

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores